



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº9/2023/CAMEN/IFSULDEMINAS

4 de julho de 2023

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, aprovada em 07 de junho de 2023.

A presidente da Câmara de Ensino - CAMEN do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professora Márcia Rodrigues Machado, nomeada pela portaria Nº 1.236, publicado no DOU de 04.09.2020, seção 2, página 22 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho.

Art. 2º Atualizar a Resolução CONSUP Nº 124/2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 07 de junho de 2023.

Márcia Rodrigues Machado
Presidente da Câmara de Ensino
IFSULDEMINAS

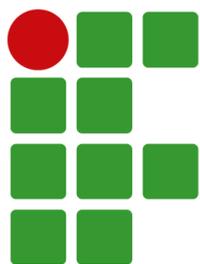
Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcia Rodrigues Machado, DIRETORA DE ENSINO - CD3 - IFSULDEMINAS - DE**, em 04/07/2023 18:00:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 366802
Código de Autenticação: 071c383077





INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Muzambinho

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE

**MUZAMBINHO - MG
2023**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITOR DO IFSULDEMINAS

Cléber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Honório José de Moraes Neto

PRÉ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Thiago de Sousa Santos

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Elisângela Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cleber Ávila Barbosa

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Aline Manke Nachtigall, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, João Olympio de Araújo Neto, Carlos José dos Santos

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos

Representantes do Corpo Docente

João Paulo Rezende, Luciano Pereira Carvalho, Márcio Maltarolli Quidá, Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, Thiago Caproni Tavares, Carlos Alberto de Albuquerque, Andesa Fabiana Batista Guimarães, Amauri Araujo Antunes

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

João Paulo Espedito Mariano, Giuliano Manoel Ribeiro do Vale, Jonathan Ribeiro de Araújo, Dorival Alves Neto, Paula Costa Monteiro, Nelson de Lima Damião, Willian Roger Martinho Moreira, João Paulo Junqueira Geovanini, Olímpio Augusto Carvalho Branquinho

Representantes do Corpo Discente

Ítalo Augusto Calisto do Nascimento, Leonardo Fragoso de Mello, Fernanda Flório Costa, Roneilton Gonçalves Rodrigues, Céborá Karolina Corrêa, Hiago Augusto Felix, Danilo Gabriel Gaioso da Silva, Kaylaine Aparecida Oliveira Barra

Representantes dos Egressos

Igor Corsini, Keniara Aparecida Vilas Boas, Jorge Vanderlei da Silva, Rafaele Cristina Vicente da Silva, Otavio Pereira dos Santos, Bernardo Sant'Anna Costa, Adriano Carlos de Oliveira, Hellena Damas Menegucci

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno Moura e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido, Ana Rita de Oliveira Ávila Nossack

Representantes do Setor Público ou Estatais

Rosiel de Lima, Cícero Barbosa

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli

DIRETORES DOS CAMPI

campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

campus Machado

Aline Manke Nachtigall

campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

campus Passos

Juliano de Souza Caliari

campus Poços de Caldas

Rafael Felipe Coelho

campus Pouso Alegre

Alexandre Fieno da Silva

campus Avançado Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

campus Avançado Três Corações

Carlos José dos Santos

COORDENADOR DO CURSO

Marcelo Simão da Rosa

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Docentes

Claudimir da Silva dos Santos
Fabrício Santos Ritá

Pedagogas

Giovanna Maria Abrantes Carvas
Vania Cristina da Silva

Demais participantes

Grasiane Cristina da Silva (NAPNE)

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

DOCENTES			
Professor	Disciplina	Titulação	Regime de trabalho
Agda Silva Prado Oliveira	Projetos e Empreendedorismo	Doutora	40 horas - DE
Allan Arantes Pereira	Fitotecnia III - Silvicultura	Doutor	40 horas - DE
Anna Lygia de Rezende	Jardinagem e Paisagismo e Morfologia e Fisiologia Vegetal	Doutora	40 horas - DE
Bianca Sarzi de Souza	Processamento de Produtos Agroindustriais	Pós-Doutora	40 horas - DE
Bráulio Luciano Alves Rezende	Fitotecnia I	Doutor	40 horas - DE
Carlos Alberto Machado Carvalho	Fitotecnia III e Manejo Integrado de Pragas e de Doenças em Plantas	Pós-Doutor	40 horas - DE
Claudiomir Silva Santos	Gestão Ambiental	Doutor	40 horas - DE
Daniel Chiaradia Oliveira	Fitotecnia II	Doutor	40 horas - DE
Daniel Willian Ferreira de Camargo	Comunicação	Mestre	40 horas-DE
Eugênio José Gonçalves	Extensão Rural	Mestre	40 horas - DE
Fabício dos Santos Rita	Saúde e Segurança Ocupacional no Ambiente Rural	Doutor	40 horas - DE
Francisco Helton de Sá Lima	Nutrição Animal/Zootecnia III	Doutor	40 horas - DE
Gustavo Rabelo Botrel Miranda	Mecanização Agrícola/Manejo Integrado de Plantas Daninhas	Doutor	40 horas - DE

José Mauro Costa Monteiro	Zootecnia II	Doutor	40 horas - DE
Lucas Alberto Teixeira de Rezende	Zootecnia I /Zootecnia II	Doutorando	40 horas - DE
Lucas Eduardo de Oliveira Aparecido	Topografia	Doutor	40 horas - DE
Manuel Messias da Silva	Matemática Aplicada	Graduado	40 horas - DE
Marcelo Eduardo Bócoli	Irrigação e Fitotecnia III – Cafeicultura	Mestre	40 horas - DE
Márcio Maltarolli Quida	Administração e Economia Rural	Doutor	40 horas - DE
Marco Aurélio Dessimoni Dias	Zootecnia I / Zootecnia II	Doutor	40 horas - DE
Paulo César dos Santos	Informática Básica	Doutor	40 horas - DE
Paulo Sérgio de Souza	Fitotecnia III - Fruticultura	Pós-Doutor	40 horas - DE
Raul Henrique Sartori	Solos	Doutor	40 horas - DE
Roseli dos Reis Goulart	Manejo Integrado de Pragas e Doenças de Plantas	Doutora	40 horas - DE
Túllio Alexandre Mustafé da Cruz	Construções Rurais	Mestre	40 horas - DE

Sumário

Sumário	8
1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	10
1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria	10
2. DADOS GERAIS DO CURSO	10
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	12
3.1 – Os <i>campi</i> formadores.....	15
3.1.1. campus Inconfidentes.....	15
3.1.2. campus Muzambinho	16
3.1.3 campus Machado.....	17
3.2.2. campus Poços de Caldas	20
3.3 – Os <i>campi</i> Avançados.....	22
3.3.1. campus Avançado Três Corações	22
3.3.2. campus Avançado Carmo de Minas.....	23
3.4 – Reitoria.....	24
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL – IFSULDEMINAS - campus Muzambinho	25
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	27
6. JUSTIFICATIVA.....	29
7. OBJETIVOS DO CURSO	30
7.1. Objetivo Geral.....	30
7.2. Objetivos específicos	30
8. FORMAS DE ACESSO.....	31
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	32
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
10.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	35
10. 2 Matriz Curricular.....	43
11. EMENTÁRIO	44
11.1 Ementário Módulo 1	44
11.2 Ementário Módulo 2	53
11.3 Ementário Módulo 3	62
11.4. Disciplina Optativa	67
12. METODOLOGIA	68
13. PROJETO INTEGRADOR - ATIVIDADES COMPLEMENTARES	68
14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	73
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	75
15.1. Da Frequência	77

15.2. Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação.....	77
15.3 Do Regime de Dependência.....	81
15.4 Do Conselho de Classe	82
15.5. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular.....	83
15.5.1. Terminalidade Específica.....	83
15.5.2. Flexibilização Curricular.....	84
16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	85
17. APOIO AO DISCENTE	85
17.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais.....	88
18. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	89
19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	89
20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO.....	90
20.1. Funcionamento do Colegiado de Curso	90
20.1.1 Atuação do(a) Coordenador(a) no Colegiado de Curso.....	91
20.2. Corpo Docente	92
20.3 Corpo Administrativo	93
21. INFRAESTRUTURA	97
21.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos.....	97
21.2. Laboratórios	98
22. CERTIFICADOS	98
23. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO	99
ANEXO I.....	102
HISTÓRICO DE REGISTROS DOS TRÂMITES DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE CURSOS NO IFSULDEMINAS.....	102

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Cleber Ávila Barbosa
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37.553-465
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	<u>reitoria@ifsuldeminas.edu.br</u>

IFSULDEMINAS – campus Muzambinho

Nome do Local de Oferta Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - campus Muzambinho				CNPJ 10.648.539/0002-96
Nome do Dirigente Renato Aparecido de Souza				
Endereço do Instituto Estrada de Muzambinho, km 35, Cx. Postal 02			Bairro Morro Preto	
Cidade Muzambinho	UF MG	CEP 37890-000	DDD/Telefone (35) 3571-5051	E-mail gabinete@muz.ifsuldeminas.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Técnico em Agropecuária Subsequente

Modalidade: presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS – campus Muzambinho

Ano de Implantação: 1999

Habilitação: Técnico em Agropecuária

Turnos de Funcionamento: Integral (matutino e vespertino)

Número de Vagas Oferecidas: 40 vagas

Forma de ingresso: processo seletivo

Requisitos de Acesso: Ensino Médio Completo

Duração do Curso: 1 ano e 6 meses

Periodicidade de oferta: Semestral

Projeto Integrador - Atividades Complementares: 438 horas

Estágio Supervisionado Obrigatório: 120 horas

Carga Horária total: 2.024h40min

Ato Autorizativo:

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS¹

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (Quadro 01), criado em 29 de dezembro de 2008, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo objetivo era impulsionar o ensino profissionalizante no país. Essa Rede é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Quadro 01 – Identificação do IFSULDEMINAS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais			
Denominação Abreviada: IFSULDEMINAS			
Código SIORG: 100915		Código LOA: 26412	Código SIAFI: 158137
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.648.539/0001-05	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico		Código CNAE: 85.41-4-00	
Telefones/Fax de contato:	(35) 3449-6150	(35) 3449-6172	(35) 3449-6193
Endereço Eletrônico: reitoria@ifsuldeminas.edu.br		Página na Internet: http://portal.ifsuldeminas.edu.br	
Endereço Postal: Avenida Vicente Simões, nº 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre (MG), CEP: 37553-465			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. - Portaria de funcionamento dos campus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre – Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013. - Portaria de funcionamento dos campi Avançado Carmo de Minas e Três Corações – Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.			
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158137	Reitoria
158303	campus Muzambinho
158304	campus Machado
158305	campus Inconfidentes
154809	campus Poços de Caldas

¹ Transcrito do Plano de Desenvolvimento Institucional IFSULDEMINAS 2019-2023: Resolução CONSUP nº 110/2018 de 20/12/2018.

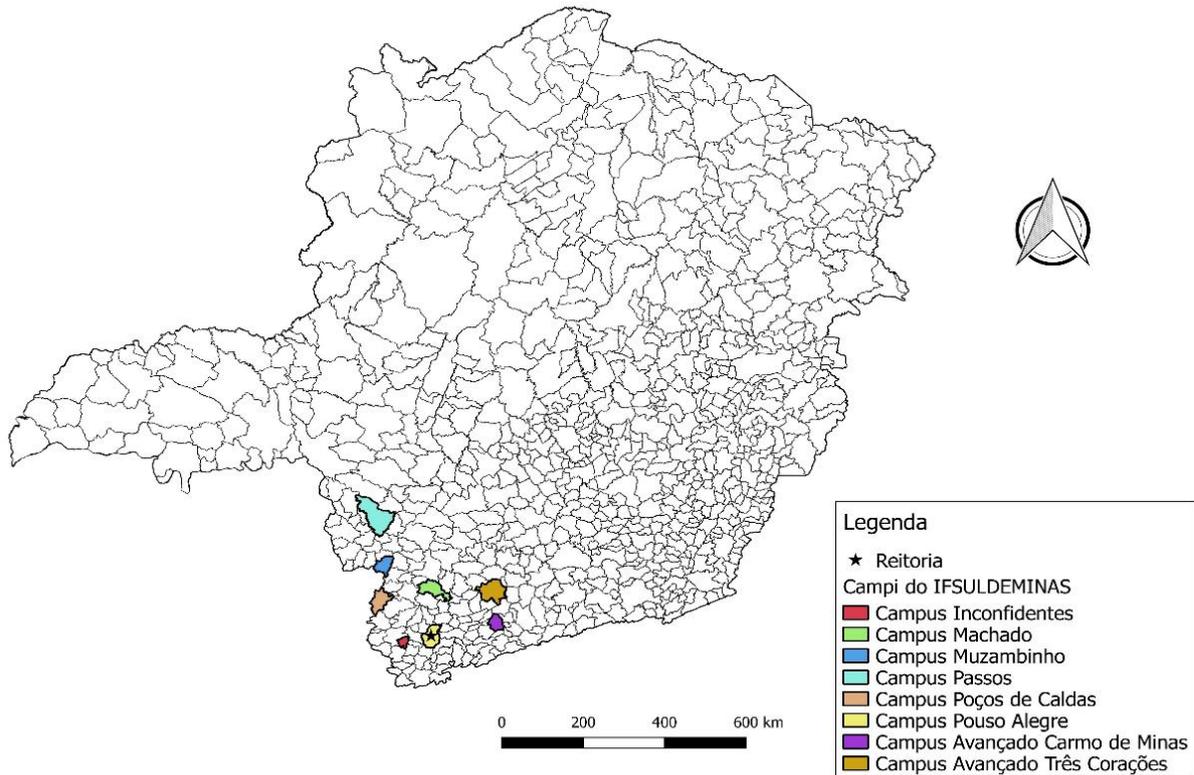
154810	campus Passos
154811	campus Pouso Alegre
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26412	Reitoria
26412	campus Muzambinho
26412	campus Machado
26412	campus Inconfidentes
26412	campus Poços de Caldas
26412	campus Passos
26412	campus Pouso Alegre
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158137 - Reitoria	26412
158303 - campus Muzambinho	26412
158304 - campus Machado	26412
158305 - campus Inconfidentes	26412
154809 - campus Poços de Caldas	26412
154810 - campus Passos	26412
154811 - campus Pouso Alegre	26412

Fonte: Assessoria de Comunicação/Gabinete da Reitoria

Compreende “educação profissional verticalizada”, a qual promove a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino. A verticalização evita compartimentar conhecimento, pois os alunos do ensino médio recebem orientações de mestres ou doutores em projetos de iniciação científica.

Com forte atuação na região Sul de Minas Gerais (Figura 01), tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior.

Figura 01 – Mapa de localização dos municípios-sede de *Campi* do IFSULDEMINAS



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (2018)

Assim como os demais Institutos Federais, o IFSULDEMINAS tem formação multicampi. Originou-se da união das três tradicionais e reconhecidas escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, também possui *campi* em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e *campi* avançados em Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região.

As trajetórias de cada um desses *campi* são apresentadas nos próximos tópicos.

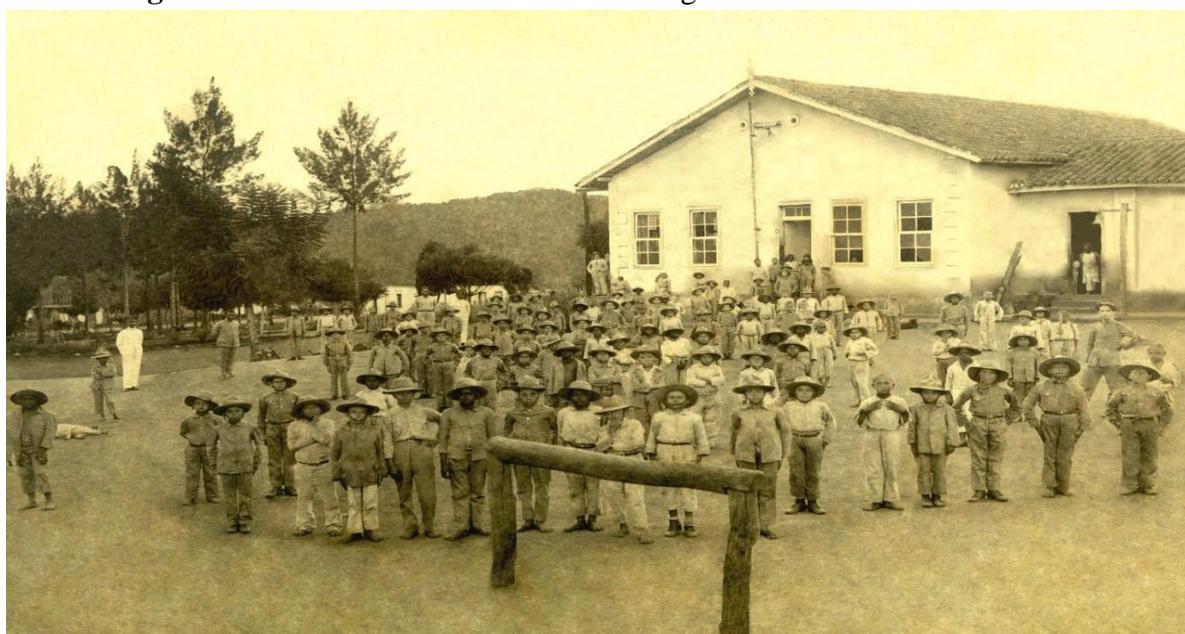
3.1 – Os *campi* formadores

3.1.1. *campus* Inconfidentes

No começo do século XX, o outrora povoado de Mogi Acima, tinha sua economia baseada na agricultura, uma vez que os primeiros bandeirantes que chegaram àquela localidade não encontraram ali metais preciosos. Com o fim da escravidão no Brasil, no final do século XIX, o governo da recém-implantada República brasileira iniciou um programa de incentivo à imigração de europeus para trabalhar na produção agrícola, o que fez surgir pelo país diversas colônias agrícolas.

O Presidente do Estado de Minas Gerais da época, Júlio Bueno Brandão, natural da região, comprou as terras onde hoje se localiza a área urbana do município de Inconfidentes com o intuito de instalar uma Colônia Agrícola de Estrangeiros.

Figura 02 – Primeira turma do Patronato Agrícola de Inconfidentes - 1918



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Inconfidentes (2018)

Há 105 anos, em 28 de fevereiro de 1918, com a publicação do Decreto nº 12.893, iniciou-se a história do Patronato Agrícola de Inconfidentes, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na época, a instituição pertencia ao município de Ouro Fino, pois a cidade de Inconfidentes somente surgiria mais de 40 anos depois, no ano de 1962. A criação do Patronato Agrícola deu-se nove anos após a origem da primeira Escola Agrícola no Brasil, cuja proposta era acolher menores infratores para reinseri-los na sociedade com alguma profissão.

Entre os anos de 1918 e 1978, o Patronato Agrícola de Inconfidentes passou por diversas

alterações estruturais, acadêmicas e, inclusive, em sua denominação, que foi modificada seis vezes antes de ser parte do IFSULDEMINAS. Foram elas: Aprendizado Agrícola “Minas Gerais” (1934), Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá” (1939), Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá” (1947), Escola Agrícola “Visconde de Mauá” (1950), Ginásio Agrícola “Visconde de Mauá” (1964) e Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (1978).

Criadas em outro contexto, quase 40 anos após a inauguração do Patronato de Inconfidentes, as Escolas Agrícolas de Machado e Muzambinho surgiram com finalidade distinta. A história dessas instituições começou com a promulgação da Constituição Federal de 1946, quando, por meio do Parágrafo 3º do Artigo 18, foram criadas escolas agrícolas para formarem técnicos agrícolas entre os filhos de pequenos produtores rurais. Os mecanismos para desenvolver tais escolas foram definidos por meio do Decreto n.º 9.613 de 20 de agosto de 1946 e dos artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20 de janeiro de 1947.

3.1.2. campus Muzambinho

Na década de 1940, o Deputado Federal Dr. Licurgo Leite Filho começou a trabalhar para conseguir a instalação de uma escola agrícola na cidade de Muzambinho. Nesse período, as diferenças políticas municipais eram grandes e, a despeito das vantagens para a cidade, os adversários políticos se opunham firmemente à vinda da escola, dificultando as negociações entre os proprietários das terras, onde se instalaria a escola, e a prefeitura municipal. Além disso, outra dificuldade enfrentada foi a escolha da localidade para instalar a escola, pois as terras escolhidas já eram pleiteadas para abrigar o Aeroclub de Muzambinho (ideia muito em voga na época). Vencidas as questões, em janeiro de 1949, após comprar as terras, a prefeitura de Muzambinho doou-as ao Governo da União, que iniciou a construção da escola em julho daquele mesmo ano.

Figura 03 – Imagem área da Escola Agrotécnica de Muzambinho e da Inauguração em 1953



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Muzambinho (2018)

A inauguração da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho deu-se em 22 de novembro de 1953 (Figura 03) e contou com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas e de sua comitiva, composta, entre outros, do então Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek e de Tancredo Neves, na época, Ministro da Justiça.

O campus Muzambinho já possuiu três denominações: Escola Agrotécnica de Muzambinho (1953), Colégio Agrícola de Muzambinho (1964) e Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho (1979), sendo esta a última denominação antes da sua transformação em campus do IFSULDEMINAS.

3.1.3 campus Machado

Passados pouco mais de três anos da inauguração da instituição de Muzambinho, localizada a 100 quilômetros de distância dessa cidade, foi implantada, no Sul de Minas, em 03 de julho de 1957, a Escola de Iniciação Agrícola de Machado (Figura 04). Segundo a história, os primeiros passos para sua criação ocorreram ainda no primeiro Governo Vargas, sendo que a efetiva

construção iniciou-se no Governo Dutra, em 1949, quando o decreto nº 9613/20 de agosto de 1946, chamado de lei orgânica do ensino agrícola, estabeleceu a doação das terras onde hoje se localiza o campus. Esse decreto está situado na elaboração de um plano de industrialização nacional, que trazia para o ensino agrícola nova orientação, a da tecnificação da produção.

Figura 04 – Desfile da Banda de Música dos Alunos da Escola Agrícola de Machado



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Machado (2018)

Assim como ocorreu com as suas congêneres, ao longo dos anos a Escola de Iniciação Agrícola de Machado viu as fases e momentos estruturais do país refletidos na alteração de sua estrutura e, por consequência, do seu nome, assim passou a ser denominada de Ginásio Agrícola de Machado (1964), Colégio Agrícola de Machado (1978) e Escola Agrotécnica Federal de Machado (1979), até que, em 2008, tornou-se campus do IFSULDEMINAS.

Concluída a fase de unificação das primeiras unidades, a partir de 2010, começou a expansão física do IFSULDEMINAS com a criação de novos *campi* e polos de rede em diversas cidades da região.

3.2. Os novos campi

Com a criação do IFSULDEMINAS iniciou-se o processo de expansão sendo definida a criação de três novos *campi*, localizados em três dos quatro maiores municípios do Sul de Minas Gerais, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.

3.2.1. campus Passos

Em 2010, o campus Passos passou a integrar a Rede Federal como polo, após convênio entre

a Prefeitura de Passos e o IFSULDEMINAS - campus Muzambinho. A unidade deu início ao processo para se transformar definitivamente em campus em 2011, quando foram nomeados os primeiros docentes efetivos. No mesmo ano, foi realizada a 1ª audiência pública para verificar a demanda de cursos a serem ofertados pela instituição.

Figura 05 – Vista aérea do campus Passos



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Passos (2018)

A aquisição de um terreno de 10.000 m² garantiu a consolidação do Instituto Federal no município, sendo sua sede definitiva entregue à comunidade em dezembro de 2015 (Figura 05).

3.2.2. campus Poços de Caldas

Em 2008, o Centro Tecnológico de Poços de Caldas era uma unidade de ensino vinculada à Secretaria Municipal de Educação que oferecia cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio. Naquela época, a execução pedagógica dos cursos, tanto na área docente quanto administrativa, era de responsabilidade do CEFET-MG.

Ao final de 2009, visando a uma redução nos custos para manutenção do Centro Tecnológico e, ao mesmo tempo, garantir a ampliação da oferta de cursos, além de dar maior legitimidade à Educação Tecnológica no município e, principalmente, tendo como meta a federalização definitiva desta unidade de ensino, foram iniciadas conversações para integrar o Centro Tecnológico ao IFSULDEMINAS.

Figura 06 – Vista aérea do campus Poços de Caldas



Fonte: IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas (2018)

Assim, em 2010, um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Educação de Poços de Caldas com o IFSULDEMINAS, por intermédio do campus Machado, e um contrato de prestação de serviços educacionais, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino de Machado (FADEMA), foram firmados até a transição do então Centro Tecnológico de Poços de Caldas para campus Avançado do IFSULDEMINAS – campus Machado. Conseqüentemente, em 27 de dezembro de 2010, foi inaugurado oficialmente o campus Avançado Poços de Caldas e, em 2011, este foi elevado à condição de campus. Sendo sua sede definitiva inaugurada oficialmente em 06 de maio de 2015 (Figura 06).

3.2.3. campus Pouso Alegre

A implantação oficial do campus Pouso Alegre ocorreu em 10 de julho de 2010 como parte

do Plano de Expansão III da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que visava à ampliação das unidades de educação profissional gratuitas.

Figura 07 – Fachada da entrada do campus Pouso Alegre



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Pouso Alegre (2018)

Por meio de convênio com a Prefeitura de Pouso Alegre, os primeiros cursos ofertados utilizavam as estruturas da Escola Municipal Professora Maria Barbosa e eram desenvolvidos como extensão do campus de Inconfidentes. A possibilidade de construir a sede própria surgiu apenas no ano de 2012, com a aprovação da Lei nº 5.173 pela Câmara Municipal de Pouso Alegre, que determinava a doação de um terreno adquirido pela Prefeitura ao IFSULDEMINAS. No entanto, somente em agosto de 2014, a escritura foi assinada e a inauguração solene da sede permanente do campus Pouso Alegre ocorreu no dia 18 de junho de 2014.

3.3 – Os *campi* Avançados

A mais recente fase de expansão do IFSULDEMINAS materializou-se por meio da Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014, que alterou a Portaria nº 331 - que tratava sobre a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - e passou a considerar outras duas unidades como integrantes do IFSULDEMINAS: o campus Avançado Três Corações e o campus Avançado Carmo de Minas.

3.3.1. campus Avançado Três Corações

O IFSULDEMINAS está presente no município de Três Corações desde 2012, inicialmente como uma unidade do Polo Circuito das Águas, vinculado a um projeto de extensão do campus Pouso Alegre, que atendia aos municípios de Cambuquira, Caxambu, Itanhandu, São Lourenço e Carmo de Minas. Em 13 de dezembro de 2013, passou à denominação de campus Avançado e ganhou sede própria com a aquisição do imóvel ocupado pelo antigo Colégio de Aplicação da Unincor.

Figura 08 – Fachada do campus Avançado Três Corações



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Avançado Três Corações (2018)

Desde o final de 2015, o IFSULDEMINAS tentava, na Prefeitura Municipal de Três Corações, dar utilidade pública ao prédio de uma antiga fábrica de calçados da cidade, que estava abandonada há mais de 20 anos. Em 2017, a gestão municipal conseguiu adquirir a área, que estava sob *judice* devido à falência da fábrica e, em maio daquele ano, doou o imóvel ao

IFSULDEMINAS, que passou a pertencer ao campus Avançado Três Corações.

3.3.2. campus Avançado Carmo de Minas

O campus Avançado Carmo de Minas é o campus mais recente incorporado à Rede do IFSULDEMINAS. A história desta unidade começou no ano de 2012, quando o IFSULDEMINAS iniciou o Projeto de Extensão “Circuito das Águas”, que previa a abertura de polos de rede em vários municípios, entre eles, um na região de Carmo de Minas e São Lourenço.

Figura 09 – Vista aérea do campus Avançado Carmo de Minas



Fonte: IFSULDEMINAS - campus Avançado Carmo de Minas (2018)

Em dezembro de 2013, a área da antiga Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) foi selecionada para receber a Unidade de Educação Profissional (UEP) de Carmo de Minas, sendo, em 2014, elevada à categoria de campus Avançado.

Em março de 2014, começaram a ser oferecidos os primeiros cursos da UEP Carmo de Minas, provisoriamente, em salas cedidas pela Prefeitura Municipal, enquanto ocorria a reestruturação da área doada para implantação do campus Avançado. No final de 2015, ocorreu a inauguração da sede definitiva e o campus Avançado passou a receber seus alunos.

3.4 – Reitoria

Com a fundação do IFSULDEMINAS, em dezembro de 2008, foi necessário criar a Reitoria, órgão máximo executivo do Instituto, cuja finalidade é a administração geral da instituição bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária e patrimonial, visando ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de diretrizes homologadas pelo Conselho Superior, que garantem a harmonia e a integração entre as unidades organizacionais que compõem o Instituto Federal.

Inicialmente, a equipe destinada a trabalhar na unidade reunia-se nos *campi* agrícolas para discutir os trabalhos. A partir de abril de 2009, foi alugado um prédio de três andares no bairro Medicina, de Pouso Alegre, onde a Reitoria passou a funcionar. Com o aumento das demandas e a expansão do IFSULDEMINAS, em 2012, um prédio anexo ao antigo endereço se juntou à estrutura, abrigando setores como Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Ingresso e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Os dois prédios foram ocupados até 30 de março de 2015, quando a Reitoria passou a ocupar a sede própria (figura 10), um prédio construído com recursos do Governo Federal em um terreno repassado ao IFSULDEMINAS pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, situado à Avenida Vicente Simões, 1111, no bairro Nova Pouso Alegre. Oficialmente, a Reitoria do IFSULDEMINAS foi inaugurada e entregue à comunidade em 06 de julho de 2017.

Figura 10 – Fachada do prédio principal da Reitoria do IFSULDEMINAS



Fonte: IFSULDEMINAS – Reitoria (2018)

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL – IFSULDEMINAS - campus Muzambinho

A cidade de Muzambinho está localizada em Minas Gerais, estado com 586.528 Km² e dividido em 853 municípios, sendo caracterizado pela regionalização e diversidade de sua economia e recursos naturais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), a mesorregião do sul de Minas Gerais, onde está localizado o IFSULDEMINAS, é formada por 4 microrregiões, 146 municípios e aproximadamente 2,9 milhões de habitantes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o município de Muzambinho apresenta uma população estimada de 20.569 habitantes e área territorial de 409,948 km² (IBGE, 2010). Sua economia fundamenta-se, primeiramente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária e, por último, no setor de indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresentam o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – campus Muzambinho – que está situado na Estrada de Muzambinho – km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município, está inserido em uma região eminentemente agropastoril.

Entre os principais produtos que movimentam a economia local, assim como verificado em todo o sul de Minas Gerais, encontra-se a cultura do café. Nesse sentido, a missão do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho, nos seus 66 anos de ensino agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – campus Muzambinho é hoje uma Instituição orientada pela SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - vinculada ao MEC – Ministério da Educação - e sua origem data de 31 de dezembro de 1948, quando a comunidade muzambinhense entregou à União a gleba de terra necessária para a instalação de uma instituição de educação voltada para a agropecuária, obedecendo ao acordo firmado entre as partes em 22 de outubro de 1948.

Durante sua existência, o IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, esteve permanentemente ligado ao ensino agrícola. De forma ininterrupta, desempenhou sua função de formação de profissionais ligados à agropecuária, numa prática educativa que sempre privilegiou a cidadania crítica, obtendo grande sucesso. Ao longo dos anos da história da referida instituição, esta recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho; então, por meio do Decreto nº 83.935/1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG.

A transformação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho em Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – campus Muzambinho foi uma conquista que ressaltou a importância de sua área de atuação e, que durante toda sua existência, procurou o aprimoramento da qualidade do ensino ofertado, assim como a ampliação de sua função social.

Uma das missões do IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, corresponde à capacitação, promoção e apoio aos agricultores familiares, às associações comunitárias rurais, cooperativas e associações de produtores, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, a instituição visa à promoção de uma educação de excelência por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias e, ainda, proporcionando o desenvolvimento da região Sul de Minas Gerais. Simultaneamente, objetiva-se a formação dos seus ingressos, a proposição de alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico, a fixação do homem ao campo como agente difusor das tecnologias de convivência e recuperador dos fatores ambientais essenciais a sua sobrevivência.

O IFSULDEMINAS – campus Muzambinho – oferta cursos em nível técnico e superior, os quais podem ser desenvolvidos em modalidades presenciais ou a distância. Atualmente, os cursos oferecidos são: cursos técnicos integrados ao ensino médio: Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos e Técnico em Informática. Cursos técnicos subsequentes: em Administração; em Agropecuária; em Contabilidade; em Enfermagem; em Edificações; em Informática; em Segurança do Trabalho. Cursos Técnicos subsequentes na modalidade EaD: Técnico em Meio Ambiente; em Informática; em Cafeicultura. Graduação, com titulação de Bacharel: em Educação Física, em Engenharia Agrônoma; em Ciência da Computação; em Medicina Veterinária. Graduação, com titulação de Licenciado: em Ciências Biológicas, Educação Física e Pedagogia (EaD). Graduação, com titulação de Tecnólogo: Tecnologia em Cafeicultura. Pós-Graduação Lato sensu: em Gestão Pública.

A regularidade de oferta de cursos do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho foi declarada a partir da Portaria nº 072 de 1980, da Secretaria de Ensino, vinculada ao MEC. A instituição foi transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731/1993, o que proporcionou maior agilidade na gestão de recursos e racionalização dos gastos, resultando em significativas melhorias nas estruturas física e pedagógica da Instituição.

O IFSULDEMINAS – campus Muzambinho - é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa: transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à

sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e, também, a condição de Muzambinho frente a este contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e às expectativas do mundo do trabalho, assim como às demandas da sociedade em geral. São justamente nessa perspectiva, que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS - campus Muzambinho.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso Técnico em Agropecuária é apresentado pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNTC - (MEC, 2020) dentro do eixo tecnológico Recursos Naturais e tem a regulamentação e suas responsabilidades, atribuições, competências e habilidades descritas na Lei 5.524/1968, no Decreto 90.922/1985, no Decreto 4.560/2002 e na Classificação Brasileira de Ocupações (321110 – técnico agropecuário). Conforme mencionadas no Art. 6º do Decreto 90.922/1895, alterado pelo Decreto 4.560/2002, suas atribuições envolvem o desempenho de cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas.

Em 1998, com a reformulação do ensino médio no país, foram criadas duas modalidades distintas, sendo o curso Técnico em Agropecuária em Concomitância Interna com o Ensino Médio e o curso Técnico em Agropecuária Pós-Médio, para estudantes que já haviam concluído o Ensino Médio.

A partir de 2010, conforme ocorreu com todos os cursos técnicos concomitantes do IFSULDEMINAS, houve sua transformação passando a ser oferecido na forma de curso Técnico Integrado ao Ensino Médio e o curso Técnico Pós-Médio passou a ser identificado como Técnico Subsequente.

O Técnico em Agropecuária tem atuação em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e a responsabilidade pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de: crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio, topografia na área rural, impacto ambiental, paisagismo, jardinagem e horticultura, construção e benfeitorias rurais, drenagem e irrigação.

É responsável pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão de laudos nas atividades de: exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características; propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação; obtenção e preparo da produção animal; programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos e

produção de mudas (viveiros) e sementes.

Deve prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos.

A Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação), a Resolução CNE/CEB Nº 3, de 21 de novembro de 2018, e o Decreto Nº 1/2021 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio) apontam que os cursos técnicos de nível médio podem ser apresentados tanto na oferta integrada, quanto na subsequente. Aqui, será apresentado o curso técnico em agropecuária subsequente, na modalidade presencial e com componentes curriculares estruturados na forma de disciplinas semestrais. A conclusão mínima de seu ciclo, disciplinas regulares, Projeto Integrador - atividades complementares e estágio obrigatório supervisionado, será finalizada no cumprimento de, no mínimo, 300 (trezentos) dias letivos divididos em 3 (três) módulos iguais de 100 (cem) dias letivos, ou seja, em 1 ano e meio. Adicionados a essas etapas estarão as atividades complementares e o estágio curricular obrigatório. A finalização dos ciclos letivos (disciplinas regulares) sem o cumprimento do Projeto Integrador - atividades complementares e do estágio obrigatório supervisionado não caracterizará a conclusão do curso. A Resolução CONSUP 073/15 dispõe que o discente terá o dobro do tempo normal do curso, a partir da data de ingresso no primeiro período, como prazo máximo para a conclusão do curso, não sendo computado o período de trancamento de matrícula.

O curso técnico em agropecuária subsequente será integral, com oferta de 40 vagas para o processo seletivo, compondo 1 (uma) turma de estudantes. Todas as disciplinas serão semestrais, com conteúdos presenciais. A base de conhecimentos científicos e tecnológicos do curso é composta pelo núcleo técnico integrante da educação profissional, perfazendo uma carga horária total de 2.024h40 min. (duas mil e vinte quatro horas e quarenta minutos).

O eixo transdisciplinar será trabalhado em todo o curso com o desenvolvimento de temáticas que envolvam o reconhecimento da identidade de gênero e étnico-raciais, a inclusão social, o meio ambiente, a sustentabilidade e a ética profissional.

A multi e a interdisciplinaridade acontecerão com os relacionamentos docente-docente, docente-técnico, docente-estudante e técnico-estudante possibilitando a articulação de diferentes conteúdos do núcleo técnico (profissionalizante), promovendo a indissociabilidade entre educação e prática social, entre teoria e prática e a superação da fragmentação do conhecimento e de segmentação da organização curricular. Tudo isso corroborará para que a formação do cidadão profissional seja consonante com o princípio educativo.

6. JUSTIFICATIVA

A missão do IFSULDEMINAS é “Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos criativos, críticos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais” (IFSULDEMINAS – PDI). Para a busca do atendimento contínuo à nossa missão e à vocação da microrregião em que o campus Muzambinho está situado, para o desenvolvimento social, econômico e cultural e para o desenvolvimento da nação brasileira, o curso técnico em agropecuária teve sua oferta iniciada em 1953, com a criação da Instituição, na ocasião com o nome de Escola Agrotécnica de Muzambinho. Nesta época, havia o curso de Iniciação Agrícola, com duração de dois anos e, posteriormente, Mestria Agrícola, com mais dois anos, ambos correspondendo ao primeiro ciclo do ensino agrícola.

O curso técnico especificamente surgiu a partir de 1964, com o nome de Técnico Agrícola. Nesta ocasião, a Instituição chamava-se Colégio Agrícola de Muzambinho e sua primeira turma formou-se em 1966. Em 1979, a instituição passou a ser identificada como Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho.

O curso técnico manteve sua matrícula integrada ao segundo grau, hoje, ensino médio, até 1997. Com a publicação do Decreto 2.208/97, houve a necessidade de atualizar seu projeto pedagógico para que se adequasse à legislação. Em 1998, houve a desintegração entre os núcleos básico e profissionalizante, passando o profissionalizante a ser ofertado em concomitância interna com o ensino médio e, em 1999, foi ofertado o curso Técnico em Agropecuária Pós-Médio, passando a ser denominado Técnico em Agropecuária Subsequente, em 2010. O núcleo profissionalizante passou a ser apresentado no formato de módulos para competências para o mundo do trabalho.

Em 2013, visando à atualização dos projetos pedagógicos à realidade tecnológica e aos anseios do mundo do trabalho, os projetos pedagógicos tanto da oferta integrada, quanto da subsequente, sofreram ajustes drásticos, proporcionados pelo novo olhar do corpo docente recentemente chegado à instituição.

Em 2019, para ajustar-se as expectativas do mundo do trabalho, o projeto pedagógico do curso Técnico em Agropecuária Subsequente, promovendo um reajuste das disciplinas: cargas horárias e ementas das disciplinas.

Agora, este projeto pedagógico trabalhará o eixo transdisciplinar, a multi e interdisciplinaridade e a relação teoria-prática como elementos ímpares para a formação do cidadão

profissional atuar no mundo do trabalho com competência de suas atribuições e responsabilidades e, ao mesmo tempo, permitir que o estudante cidadão dê prosseguimento em seus estudos a partir da apropriação de conceitos e categorias básicas e não ao acúmulo de informações e conhecimentos, estabelecendo um conjunto de saberes integrados e significativos.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivo Geral

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente tem como objetivo formar profissional habilitado nas áreas agrícola e zootécnica, fomentando a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento, visando sua visão sistêmica para o exercício de atividades de planejamento, execução e na condução de projetos agropecuários.

7.2. Objetivos específicos

- Formar um cidadão profissional criativo, crítico, competente e humanista por meio da aplicação da matriz curricular em todas as suas nuances, visando ao cumprimento da Missão do IFSULDEMINAS.

- Promover a efetividade da aplicação de temas trans, multi e interdisciplinares no desenvolvimento da matriz curricular em todas as suas nuances, trabalhando com a contínua interação educador-educando, visando à formação do cidadão profissional com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e segurança conforme a legislação lhe possibilita a atuação em diferentes áreas.

- Formar um cidadão profissional empreendedor por meio da participação em eventos, visitas técnicas, empresas pedagógicas, estudos investigatórios sobre as atividades profissionais e elaboração de projetos técnicos que compõem suas atribuições, visando ao seu bem-estar e de todos aqueles que compõem a sua rede.

- Privilegiar a formação do cidadão conscientizando-o sobre sua atuação profissional na sociedade como disseminador e facilitador do conhecimento, permitindo abordagem sistêmica, visando à sustentabilidade como forma de promoção da segurança alimentar, à geração de renda e à conservação do meio ambiente.

- Desenvolver a matriz curricular privilegiando o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos e pedagógicos, a indissociabilidade entre educação e prática social, a integração de conhecimentos gerais e técnico-científicos, visando à formação de um cidadão profissional criativo, crítico, competente e humanista.

- Valorizar as diferentes visões de mundo e os saberes populares, visando à promoção de ambos no mundo do trabalho.

- Aplicar avaliação da aprendizagem como caráter formativo, permanente e cumulativo por meio da interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento, visando ao desenvolvimento de raciocínio lógico e à apropriação dos conhecimentos.

- Propiciar diferentes vivências e saberes com o uso dos Laboratórios de Ensino e Produção, visando ao desenvolvimento das condições cognitivas, psicomotoras e socioafetivas do cidadão profissional.

- Agir com ética profissional, empregando o empreendedorismo e a inovação, visando à melhoria do bem-estar humano.

- Aplicar a interdisciplinaridade no núcleo técnico (profissionalizante) por meio de reuniões pedagógicas, de discussões sobre Projeto Integrador e da interação docente-docente, visando à transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre saberes e os diferentes campos do conhecimento.

- Praticar os temas transversais Educação Alimentar e Nutricional, Respeito à valorização do Idoso, Educação para o Trânsito, Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas oportunidades do processo de ensino e de aprendizagem, em sala de aulas e eventos artísticos e culturais, visando à formação humanística do cidadão profissional.

8. FORMAS DE ACESSO

Ao escolher estudar no campus Muzambinho, você encontrará uma infraestrutura robusta com alojamento, biblioteca, escola-fazenda, um corpo docente altamente capacitado, formado por mestre e doutores e o apoio de técnico-administrativos que contribuirão para que seu processo formativo seja completo.

A Resolução 118/2021 dispõe sobre as ações e procedimentos do Processo Seletivo para ingresso de discentes nos cursos técnicos de nível médio, superiores de graduação e pós-graduação oferecidos pelo IFSULDEMINAS.

Posteriormente à escolha do curso, é preciso ficar atento ao processo seletivo, que poderá ser em uma das modalidades:

Provas de seleção presencial (vestibular) - forma de seleção que ocorre duas vezes ao ano, normalmente nos meses de junho e dezembro. Com prova de conteúdos específicos e adequados ao nível exigido. A periodicidade para a entrada no curso Técnico em Agropecuária Subsequente será

semestral.

Análise de Histórico escolar - também utilizamos a análise do histórico escolar dos candidatos, tanto do ensino fundamental como do ensino médio, como forma alternativa de ingresso aos cursos de nível médio do campus Muzambinho, caso haja necessidade específica.

Ordem de inscrição - forma de ingresso também alternativa aos cursos de nível médio da instituição, em casos específicos.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O IFSULDEMINAS – campus_Muzambinho, ao considerar a Lei 5.524/1968, o Decreto N° 90.922/1985, o Decreto N° 4.560/2002, a Lei 9.394/1996 (LDBEN), a Resolução CNE/CEB N° 3/2018 (DCNEM), a Resolução CNE/CEB N° 1/2021 (DCNEPTNM) e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNTC - (MEC, 2020) em seu eixo tecnológico Recursos Naturais, descreve que o técnico em agropecuária, sob sua responsabilidade formativa:

- atua de forma empreendedora, inovadora e inclusiva acompanhando a evolução da profissão.

- tem habilidades de comunicação e de trabalho em equipes multidisciplinares, adotando um enfoque holístico e integrador na construção de novas estratégias de uso múltiplo dos recursos naturais que são necessárias ao incremento profissional, que lhe permitirá a interpretação e compreensão de fatos sociais (históricos, geográficos, culturais e econômicos) e a intervenção sobre a realidade;

- domina o saber-fazer, o saber-ser, o saber-saber e o saber-conviver. Valoriza e respeita as variações linguísticas compreendendo-as na dimensão histórico-cultural, como marca identitária dos sujeitos e como objeto que possibilita a interação dos indivíduos nas organizações;

- domina a habilidade de raciocínio lógico e complexo necessários para a proposição e resolução de problemas cotidianos;

- possui visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade como disseminador e facilitador do conhecimento, permitindo uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca pela sustentabilidade como forma de promover a segurança alimentar, a geração de renda e a conservação do meio ambiente e

- conjuga habilidades e competências que permitem planejamento, execução, acompanhamento, comercialização, orientação e fiscalização de todas as fases dos empreendimentos agropecuários, na produção animal, vegetal, práticas de engenharia rural e

agroindustrial. Atua na administração de empresas rurais, em programas de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e associativismo.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta pedagógica do curso está organizada de forma que favorece a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindos do mundo do trabalho. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Assim, possibilita-se a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas, além de permitir a integração de conhecimentos da formação profissional e da realização de práticas interdisciplinares. O curso está estruturado em núcleos tecnológicos, relativo a conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão. Contempla disciplinas técnicas que atendem as especificidades e demandas da região.

A matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária subsequente é composta por 25 disciplinas obrigatórias do núcleo tecnológico totalizando 1.466h40 (um mil, quatrocentas e sessenta e seis horas e quarenta minutos) e 438 (quatrocentas e trinta e oito) horas previstas de Projeto Integrador - Atividades Complementares (Quadro 2), além de 120 (cento e vinte) horas previstas para estágio supervisionado obrigatório, conforme apresentado no Quadro 3. O campus Muzambinho oferta a disciplina de Libras como optativa para os alunos.

Quadro 2. Representação gráfica do perfil de formação.

MÓDULO 1	MÓDULO 2	MÓDULO 3
Fitotecnia I (73h20)	Fitotecnia II (73h20)	Fitotecnia III (146h40)
Morfologia e Fisiologia Vegetal (36h40)	Manejo Integrado de Plantas Daninhas (36h40)	
Solos (73h20)	Manejo Integrado de Pragas e Doenças de Plantas (73h20)	
Jardinagem e Paisagismo (36h40)		
Zootecnia I (110h00)	Zootecnia II (110h00)	Zootecnia III (146h40)
		Nutrição Animal (36h40)
Saúde e Seg. Ocup. no Ambiente Rural (36h40)	Topografia (36h40)	Projetos e Empreendedorismo (36h40)
Construções Rurais (36h40)	Mecanização Agrícola (73h20)	Administração e Economia Rural (36h40)
Gestão Ambiental (36h40)	Comunicação (36h40)	Extensão Rural (36h40)

Matemática Aplicada (36h40)	Irrigação (36h40)	
Informática Básica (36h40)	Processamento de Produtos Agroindustriais (36h40)	
		LIBRAS (36h40)
Projeto Integrador – Atividades Complementares (146h00)	Projeto Integrador – Atividades Complementares (146h00)	Projeto Integrador – Atividades Complementares (146h00)

- Disciplinas da Fitotecnia
- Disciplinas da Zootecnia
- Disciplinas Diversificadas
- Optativa
- Projeto Integrador - Atividades Complementares

No Quadro 3, é apresentada o resumo da matriz curricular do curso Técnico em Agropecuária Subsequente.

Quadro 3. Resumo da matriz curricular do curso Técnico em Agropecuária Subsequente- campus Muzambinho.

Núcleos/ Disciplinas	Carga horaria (h)	Acumulado (h)
Núcleo Tecnológico	1.466h40min.	1.466h40min.
Disciplinas Obrigatórias	25	
Estágio Curricular	120h00min.	1.586h40min.
Projeto Integrador - Atividades Complementares	438h00min.	2.024h40min.
Carga horária total obrigatória		2.024h40
Optativa (Libras)	36h40min.	2.061h20min.

As alterações que estão ocorrendo na educação brasileira e mundial apontam para uma estruturação curricular flexível, que procure superar um ensino compartimentado, focado em disciplinas isoladas. A interdisciplinaridade possibilita diálogos entre as áreas de conhecimento técnico formativo, de modo a aperfeiçoar o conteúdo e promover o desenvolvimento de uma postura humana e crítica, que pode também se pautar em valores éticos e morais, num mundo em mudança.

Mello (2000) destaca que a dificuldade em propor novos arranjos curriculares reside no fato de que "ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de desenvolver em si mesmo. Ninguém promove a aprendizagem de conteúdos que não domina, nem a constituição de significados que não possui ou a autonomia que não teve a oportunidade de construir" (pág 8-9).

A **Educação em Direitos Humanos**, com a finalidade de promover a educação para a

mudança e a transformação social, fundamenta-se em princípios como a dignidade humana, a igualdade de direitos e o reconhecimento e a valorização da diversidade. Estes princípios devem permitir aos educandos, numa perspectiva crítica, buscar alternativas que lhes possibilite tanto se manterem inseridos no sistema produtivo, frente aos avanços tecnológicos acelerados, como também abrir novas oportunidades por meio da autonomia, do espírito investigativo e do respeito a si mesmo e ao próximo.

Para tanto, o curso prevê a educação para relações étnico-raciais, para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena que serão trabalhadas tanto transversalmente, como em projeto específicos, como de forma integrada às disciplinas. Bem como a oferta da disciplina LIBRAS, sendo facultado ao estudante matricular-se ou não na mesma.

O curso Técnico em Agropecuária Subsequente contempla em seu projeto a Educação Ambiental, trabalhando-se de forma interdisciplinar de forma orgânica no currículo.

A prática profissional prevista na organização curricular do curso está relacionada a fundamentos científicos e tecnológicos do eixo tecnológico que o curso Técnico em Agropecuária Subsequente está vinculado e orientada para a pesquisa como princípio pedagógico possibilitando ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

Também estão previstas como componente curricular a prática na Educação Profissional compreendida como diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como: laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

10.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Com base na proposta integradora que permeia este Projeto Pedagógico, compreende-se que os procedimentos didático-pedagógicos deverão auxiliar os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentos e atitudes.

As metodologias deverão estar de acordo com os princípios norteadores explicitados neste Projeto Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e Tecnológica (CNE/CP/2021), que enfatiza que os percursos formativos do aluno, bem como, as metodologias utilizadas em sala de aula deverão ter:

I – articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;

II – respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

IV - centralidade no trabalho assumido campus princípio educativo e base para a organização curricular, visando a construção de competências profissionais em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

V – estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e sócio-emocionais, tanto para a produção do conhecimento da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;

VI – a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

VII – indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;

VIII – interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX – utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;

X - (...)

XI – observância às necessidades específicas das pessoas com

deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII – observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;

XIII – reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIV - (...)

XV – autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica em consonância com seus respectivos projeto pedagógicos;

XVI – identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVII - (...)

XVIII – fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para empregabilidade dos egressos; e

XIX – promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

Para tanto, propõe-se ações norteadoras para a prática pedagógica que visem:

-problematização do conhecimento, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do estudante, incentivando-o a buscar a confirmação do que estuda em diferentes fontes;

-entendimento da totalidade campus, como síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade, articulando e integrando os conhecimentos de diferentes áreas;

-elaboração de materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;

-utilização de recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas.

-elaboração e execução do planejamento, registro e análise das aulas realizadas, ministrando-as de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares, seminários temáticos, debates, atividades individuais e em grupo.

Outra proposta integradora será a de construir, ao longo dos períodos letivos, Projetos de Ensino Multi e Interdisciplinares e/ou Seminários temáticos que contemplem o trabalho transdisciplinar norteados pelos princípios das relações étnico-raciais, da inclusão, da ética, da cidadania, do empreendedorismo, da cultura local, do respeito à diversidade, do desenvolvimento socioambiental.

Além destes temas serão abordados assuntos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (CNE/CEB/2018) voltados para a:

- educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);

- processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei Nº 14.423/2022, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso);

- educação Ambiental (Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental);

- educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro);

- educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3).

Por fim, será apresentada uma atividade integradora intitulada Oficinas Temáticas que serão organizadas pelos Setores de Assistência ao Educando e Pedagógico em articulação com os docentes dos cursos. Serão desenvolvidas, pelo menos uma vez por bimestre em um período letivo (manhã ou tarde), e serão previamente agendadas e previstas nos horários de aulas. Os temas serão de âmbito transversal e voltados para a orientação estudantil, planejamento de estudos, bullying, orientação vocacional, sexualidade, meio ambiente, respeito a diversidade, dentre outros. Para apoiar o planejamento das atividades, contaremos com os apoios do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Educação e Sexualidade (NEGES) e do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI).

O NEGES trata-se de um núcleo voltado para o estudo da temática gênero e sexualidade no

âmbito educacional e para o desenvolvimento de ações de promoção da equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia.

O NEABI trata-se de núcleo sistêmico de natureza propositiva e consultiva para a promoção e estímulo de atividades vinculadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão sobre a temática das relações étnico-raciais visando à superação da discriminação e do preconceito racial por meio da valorização das identidades negra e indígena.

A política de integração do ensino que visa a implementação de pesquisa aplicada e desenvolvimento, assim como a articulação com a sociedade terá como propósito a realização de estudos, pesquisas e ações de extensão locais e regionais e em parcerias com outras instituições de ensino, brasileiras ou estrangeiras, contribuindo para a qualificação dos estudantes, ampliando suas possibilidades profissionais e o conhecimento de outras culturas, definindo a sistemática e as formas de validação desses estudos ou atividades acadêmicas.

Projetos de pesquisa e de extensão serão ofertados por meios de editais conveniados com agências de fomento governamentais e por meio de editais institucionais publicados pela pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, pela pró-reitoria de Extensão e pelo Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão (NIPE). Editais publicados pelas Coordenadoria Geral de Produção, Coordenadoria Geral de Pesquisa e Coordenadoria Geral de Extensão também serão disponibilizados para aqueles que têm interesse em desenvolver os projetos dos Laboratórios de Ensino e de Produção.

Projetos de extensão também poderão ser firmados entre instituições de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o intercâmbio entre estudantes, técnicos, pesquisadores, extensionistas e docentes.

Conforme a Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS 012/2013, a monitoria é entendida como instrumento para a melhoria do Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação, por meio do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visam ao fortalecimento e à articulação entre teoria e prática e à integração curricular em seus diferentes aspectos. Tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre estudantes e docentes, a vivência com o docente e com as suas atividades técnico-didáticas visando ao êxito do processo ensino-aprendizagem.

No curso Técnico em Agropecuária Subsequente, os editais para os candidatos à monitoria serão abertos no início de cada semestre letivo e as disciplinas/vagas apresentadas serão conforme a demanda de estudantes para as disciplinas consideradas com maior grau de complexidade, assim como para aquelas disciplinas que os docentes necessitarem de apoio para a replicação de atividades práticas para a melhor apropriação do conhecimento e melhor desenvolvimento das habilidades pelo

futuro profissional. A oferta da monitoria ocorrerá em horários programados fora do período de aula.

O curso também promoverá aulas de reeducação escolar desenvolvidas por profissionais e/ou estudantes dos cursos de graduação do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho, que quantificarão horas de atividades complementares tanto para os ministrantes, quanto para os estudantes do curso técnico ao acompanharem as aulas apresentadas. Os editais serão publicados pela coordenação do curso Técnico em Agropecuária no início de cada ano letivo e constarão as disciplinas e o número de vagas disponibilizadas.

10.1.1. Integração de Disciplinas e Interdisciplinaridade

A Integração das disciplinas objetiva possibilitar ao educando uma visão interdisciplinar dos conteúdos estudados. Segundo Japiassu (1976), a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa. Para tal, deve-se integrar um mínimo de duas disciplinas com atividades e avaliações em comum, sendo que a nota poderá ser comum para tais disciplinas.

Para o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente do IFSULDEMINAS campus Muzambinho a integração será realizada na área técnica, ao desenvolver ações que contribuam para assimilação da aprendizagem pelos estudantes.

10.1.2. Clube de Empreendedorismo

O Clube de Empreendedorismo de Muzambinho é uma iniciativa dirigida pelo IFSULDEMINAS – campus Muzambinho em parceria com demais empresas, instituições e pessoas interessadas em contribuir com o desenvolvimento da região e os alunos. O objetivo é criar um ambiente para incentivar ideias, atitudes e projetos empreendedores nas áreas de atuação do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho e região na qual a instituição está inserida. As atividades são voltadas para alunos do Campus Muzambinho, professores, técnicos administrativos e demais pessoas da comunidade local.

Um centro de empreendedorismo promove o encontro entre a pesquisa na Instituição e a sua aplicação para a sociedade. Além de trazer benefícios econômicos e sociais, na forma de maior renda, mais empregos qualificados e novos produtos e serviços para as pessoas.

Este tipo de iniciativa contribui com o desenvolvimento científico e tecnológico da região e principalmente dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho, aumentando o fluxo de conhecimentos da instituição para a indústria e

contribuindo para a geração e a transferência de tecnologia para a sociedade.

O Objetivo do Clube de Empreendedorismo é estimular e viabilizar atitudes e projetos inovadores dentro do campus Muzambinho e nas pessoas inseridas na região na qual o mesmo se encontra, com o intuito de fomentar o crescimento econômico, tecnológico e social.

Ser empreendedor é ter uma visão diferenciada sobre o mercado de trabalho, enxergar aquilo que outras pessoas não enxergam, ultrapassar e inovar no campo da imaginação e partir para as atividades de ação práticas. O empreendedor busca sempre ideias criativas e realizações inovadoras em sua vida como forma de conquistar a independência e o conhecimento. Para se profissionalizar, é preciso ter criatividade. Dentro das disciplinas obrigatórias do curso Técnico em Agropecuária Subsequente do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho, são ofertadas as disciplinas de Projetos e Empreendedorismo, Administração e Economia Rural e Extensão Rural, objetivando dar ao aluno um maior entendimento sobre empreendedorismo.

Atividades interdisciplinares são aplicadas para que o aluno possa compreender as realidades sociais individuais e coletivas. O aluno é preparado para dar início em algum plano de negócio visando a diminuição de riscos, além de desenvolver outras habilidades.

Promover situações, eventos e experiências que inspirem ações empreendedoras inovadoras nos alunos, criar oportunidades de vínculo entre empreendedores e o Instituto Federal ampliando as redes de relacionamento e capacitar e ampliar atividades de educação empreendedora tanto para o público interno e público externo são os principais objetivos do Clube de Empreendedorismo.

10.1.3. Meio Ambiente

O aluno do curso Técnico em Agropecuária Subsequente do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho participa de ações durante o curso em que conhece melhor o meio ambiente. Falar sobre o meio ambiente é necessário, e dentro da instituição os alunos precisam entender melhor o mundo. Mesmo com vários atos de conscientização, falar sobre meio ambiente é fundamental. Temas como a poluição do ar, poluição sonora, descarte de lixo e esgoto nos rios e mares, desmatamento e extinção de animais são discutidos em vários momentos do curso.

Atividades como aulas específicas sobre meio ambiente, conhecimento da importância do descarte consciente do lixo, campanhas de reciclagem, aulas práticas na natureza, plantio de árvores, ações de sustentabilidade entre outras são realizadas durante o curso.

10.1.4. CEAM – centro de Estudos Ambientais, Integração de Disciplinas e Interdisciplinaridade

Todas as atividades e ações sobre o Meio Ambiente no campus são concentradas em uma comissão e/ou grupo de estudos chamada de Centro de Estudos Ambientais (CEAM) criado pela direção do IFSULDEMINAS - campus Muzambinho no dia 12 de setembro de 2018. O CEAM possui sede própria e conta com uma equipe de docentes e técnicos colaboradores que atuam nos seguintes eixos temáticos: Licenciamento Ambiental, Gestão da Água, Solo e Floresta, Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos Sólidos e Líquidos. A equipe se prepara para diversas ações ambientais junto à comunidade e aos estudantes, tal como o desenvolvimento de atividades integradoras durante a recepção dos calouros. Atividades extensionistas já desenvolvidas pelos membros do CEAM ficam inseridas ao Centro de Estudos, bem como a perspectiva de novas atividades de sensibilidade ambiental. Tendo em vista que a sustentabilidade ambiental consiste em um conjunto de ações em prol do desenvolvimento da economia e ao mesmo tempo preservação da natureza, são necessários investimentos na mudança de posturas, hábitos, viabilidade do desenvolvimento tecnológico humano e criação de estratégias para mitigar e evitar impactos sobre o meio ambiente. O objetivo do CEAM consiste na realização de capacitações constantes dos acadêmicos e comunidade externa, além de promoção de eventos previstos em calendário escolar e datas comemorativas, aprimorando parcerias e desenvolvendo a consciência ambiental em prol da preservação dos recursos naturais.

10. 2 Matriz Curricular

		MÓD. 1		MÓD. 2		MÓD. 3			
Áreas	Componentes	A/S*	A/A**	A/S	A/A	A/S	A/A	CH***	
PARTE PROFISSIONALIZANT E EM AGROPECUÁRIA	FITOTECNIA	Fitotecnia I	4	80	0	0	0	0	73h20 min.
		Solos	4	80	0	0	0	0	73h20 min.
		Jardinagem e Paisagismo	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
		Morfologia e Fisiologia Vegetal	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
	ZOOTECNIA	Zootecnia I	6	120	0	0	0	0	110h00 min.
	DIVERSIFICADA	Saúde e Segurança Ocupacional no Ambiente Rural	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
		Gestão Ambiental	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
		Construções Rurais	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
		Informática Básica	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
		Matemática Aplicada	2	40	0	0	0	0	36h40 min.
	FITOTECNIA	Fitotecnia II	0	0	4	80	0	0	73h20 min.
		Manejo Integrado de Plantas Daninhas	0	0	2	40	0	0	36h40 min.
		Manejo Integrado de Pragas e Doenças em plantas	0	0	4	80	0	0	73h20 min.
	ZOOTECNIA	Zootecnia II	0	0	6	120	0	0	110h00 min.
	DIVERSIFICADA	Mecanização Agrícola	0	0	4	80	0	0	73h20 min.
		Topografia	0	0	2	40	0	0	36h40 min.
		Irrigação	0	0	2	40	0	0	36h40 min.
		Processamento de Produtos Agroindustriais	0	0	2	40	0	0	36h40 min.
		Comunicação	0	0	2	40	0	0	36h40 min.
	FITOTECNIA	Fitotecnia III	0	0	0	0	8	160	146h40 min.
	ZOOTECNIA	Zootecnia III	0	0	0	0	8	160	146h40 min.
Nutrição Animal		0	0	0	0	2	40	36h40 min.	

	DIVERSIFICADA	Projetos e Empreendedorismo	0	0	0	0	2	40	36h40 min.
		Administração e Economia Rural	0	0	0	0	2	40	36h40 min.
		Extensão Rural	0	0	0	0	2	40	36h40
SUB-TOTAL			28	560	28	560	24	480	1.466h 40
Estágio Curricular									120h00 min..
Projeto Integrador - Atividades Complementares									438h00 min.
TOTAL			28	560	28	560	24	480	2.024h 40
Disciplina LIBRAS (Optativa)									36h40
*A/S - aulas semanais; ** A/S - aulas semestrais; *** CH - Carga Horária Semestral									

11. EMENTÁRIO

11.1 Ementário Módulo 1

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Fitotecnia I		1	73h20min
Porcentagem Teórica: 50	Porcentagem Prática: 50		
Ementa			
Olericultura geral. Culturas olerícolas regionais: raízes, folhosas, tuberosas e frutos de maior valor econômico. Técnicas e métodos culturais, melhoramento, colheita, beneficiamento e embalagem, conservação e comercialização, em sistema convencional e ambiente protegido de produção.			
Bibliografia Básica			
FILGUEIRA, F. A. R. Solanáceas: agrotecnologia moderna na produção de tomate, batata pimentão, pimenta, berinjela e jiló. Lavras: UFLA, 2003, 333.			
FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª Ed. Viçosa: UFV, 2008. 421 p.			
FONTES, P.C.R. Olericultura: teoria e prática. 1ª. Edição, Viçosa: UFV, 2005. 486 p.			
Bibliografia Complementar			
CASTELLANE, P.D.; ARAÚJO, J.A.C. Cultivo sem solo: hidroponia. Jaboticabal: FUNEP, 1994. 43p.			
FAQUIN, V., FURLANI, P.R. Cultivo de hortaliças de folhas em hidroponia em ambiente protegido. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.20, n.200/201, p.99-104, set./dez., 1999.			
FURLANI, P.R., SILVEIRA, L.C.P., BOLONHEZI, D., FAQUIN, V. Cultivo			

hidropônico de plantas. Campinas: Instituto Agronômico, 1999. 52p. (Boletim Técnico 180).
 FURLANI, P.R., SILVEIRA, L.C.P., BOLONHEZI, D., FAQUIN,V. **Estruturas para cultivo hidropônico.** Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.20, n.200/201, p.72-80, set./dez., 1999.
 PEREIRA, A.S.; DANIELS, J. (Ed.) *O cultivo da batata na região Sul do Brasil.* Brasília: EMBRAPA, 2003.567p.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Solos		1	73h20min
Porcentagem Teórica: 70	Porcentagem Prática: 30		

Ementa

Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos Brasileiros. Conservação do Solo e da Água. Avaliação da Fertilidade do Solo e Estado Nutricional das Plantas.

Bibliografia Básica

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo** (7ª ed.). São Paulo: Editora Ícone, 2010. 355p.
 NOVAIS, R. F.; ALVAREZ, H. V.; BARROS, N.F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. **Fertilidade do Solo.** Viçosa, MG; Sociedade Brasileira de Ciência do Solo 1º edição 2007. 1017 p.
 RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ, V.V.H. **Recomendações para uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais : 5a aproximação.** Viçosa, MG: CFSEMG, 1999. 359 p.

Bibliografia Complementar

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Informe Agropecuário: Conservação de solo e meio ambiente.** Belo Horizonte: EPAMIG, 2004. 165p.
 PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo.** São Paulo: Nobel, 1999. 120p.
 PRUSKI, F.F. **Conservação do solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica.** Viçosa: UFV, 2006. 240p.
 SOUZA, M. C. et al. **Adubação verde e rotação de culturas.** Viçosa: UFV, 2002. 72p.
 SOUZA, M. C. et al. **Práticas mecânicas de conservação de solo e da água.** Belo Horizonte: Suprema Gráfica, 2006. 216p.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Jardinagem e Paisagismo		1	36h40min
Porcentagem Teórica:50%	Porcentagem Prática: 50%		

Ementa

Floricultura brasileira. Fatores climáticos e edáficos na floricultura. Classificação e uso das Plantas Ornamentais. Estilo de Jardins. Elementos de Jardinagem e Paisagismo. Projeto paisagístico. Planejamento, construção e conservação de Jardins e Parques. Arborização.

Bibliografia Básica

COELHO, S. J.; COSTA, M. de M. V. **Iniciação à jardinagem**. Jaboticabal: Funep, 2000. 67 p.

PAIVA, P. D. O. **Características das principais plantas ornamentais utilizadas em paisagismo** - nº 38 - Textos Acadêmicos. Lavras: Editora UFLA. 2003. 82 p.

PAIVA, P. D. O. **Paisagismo** - nº 33 - Textos acadêmicos. Lavras: editora UFLA. 2003. 128 p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. F. A.; PAIVA, P. D. O. **Floricultura 02: cultivo de copo-de-leite** - nº 40. Lavras: Editora UFLA. 2004. 28 p.

COMPTON, J. **Plantas para casa**. São Paulo: melhoramentos. [s.n], 1978.

LORENZI, H. **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. 3. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2001. 1087p.

PAIVA, P. D. O. **Floricultura 01: cultivo do gadiolo (palma-de-santa-rita)** - nº 32 - Textos Acadêmicos. Lavras: Editora UFLA. 2008. 18 p.

SILVA, W. **Cultivo de rosas no Brasil**. São Paulo: Editora Nobel. 1987. 73 p.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Morfologia e Fisiologia Vegetal		1	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
Classificação botânica. Caracterização morfológica de plantas e tecidos vegetais. Metabolismo vegetal: fotossíntese e respiração. Nutrientes. Relações hídricas. Fitohormônios. Propagação vegetal. Biotecnologia aplicada à agricultura: cultivo <i>in vitro</i> .			
Bibliografia Básica			
CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A.; PERES, L. E. P. Manual de fisiologia vegetal: teórica e prática . Piracicaba: Agronômica Ceres. 2005.			
JUNGHANS, T. G. S., SILVA, A.. Aspectos práticos da Micropropagação de Plantas . Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, Cruz das Almas - BA, 2009.			
TAIZ, L. E ZEIGER, E.. Fisiologia vegetal . 4ª ed. Porto alegre: Artmed, 2009.			
Bibliografia Complementar			
BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas . Viçosa: UFV, 1999. 817 p.			
GONÇALVES, E.G.; LORENZI, H. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares . 2. ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011. 512 p.			
PRADO, C. H. B. de A. Fisiologia Vegetal: Prática em relação híbridas, fotossíntese e nutrição mineral . Barueri; SP: Mande, 2006.			
SOUSA, L.A. Morfologia e Anatomia Vegetal: célula, tecidos, órgãos e plântula . Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.			
TORRES, A. C.; CALDAS, L. S.; BUSO, J. A. (Ed.). Cultura de tecidos e transformação genética de plantas . Brasília: EMBRAPA, 1999. 519-864 p. v. 2.			

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Zootecnia I		1	110h00min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
<p>Cunicultura: Origem do coelho europeu (<i>Oryctolagus cuniculus</i>), sua importância econômica, vantagens e limitações da sua criação. Panorama nacional da cunicultura, principais regiões produtoras e consumidoras. Principais características dos coelhos, raças mais criadas e suas aptidões zootécnicas. Manejo reprodutivo: principais características anatômicas, fisiológicas e comportamentais dos machos e fêmeas. Os sistemas de criação mais utilizados e recomendados para maior eficiência reprodutiva do plantel. Manejo alimentar: principais características anatômicas, fisiológicas e comportamentais dos coelhos, os alimentos mais utilizados, suas exigências nutricionais e recomendações práticas de alimentação. As principais instalações e equipamentos comumente utilizados na cunicultura e os principais fatores que influenciam no conforto e bem-estar dos animais. Manejo sanitário: medidas de caráter geral e específicas comumente utilizadas para prevenção e/ou controle da sanidade dos animais e principais enfermidades que acometem os coelhos. Práticas de manejo adotadas no dia a dia de uma criação. O processo de abate, conservação de peles e aproveitamento de seus subprodutos. Planejamento de um coelhário para comercialização de animais.</p> <p>Apicultura: Viabilidade econômica (Mercado, Aptidão da região, Características da exploração); Produtos das abelhas (Própolis, Mel, Geleia Real, Cera, Pólen, Apitoxina, Polinização); Biologia da abelha (Classificação, Raças, Morfologia das castas, Ciclo evolutivo). Práticas de manejo adotadas no dia a dia de uma criação.</p> <p>Avicultura: Importância e histórico da avicultura de corte e postura no Brasil. Principais raças e linhagens de aves comerciais. Anatomia e fisiologia do sistema digestivo das galinhas; nutrição e alimentação de aves de corte e postura; Instalações e equipamentos para pintinhos e galinhas poedeiras. Planejamento e manejo geral da criação de aves de corte e postura. Conhecer a fisiologia da postura e importância da iluminação. Classificação de ovos. Principais doenças em avicultura. Práticas de manejo adotadas no dia a dia de uma criação.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>MELLO, Hélcio Vaz de; SILVA, José Francisco da. Criação de Coelhos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 264p.</p> <p>MARANHÃO, Z. C. Entomologia Geral. São Paulo, Nobel, 1976.</p> <p>TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte. UFV. 2008.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>PIMENTA, Márcia. Coelhos: técnicas da moderna criação. 2ª. ed. Viçosa: CPT, 2002.</p> <p>COUTO, L.A. E COUTO, R. H. N. Apicultura: Manejo e Produtos. Editora Funep, 2006</p>			

3ª Edição.

COTTA, T. **Alimentação de aves**. Ed. Aprenda Fácil, 2003.

COTTA, T. **Galinha - Produção de ovos**. Ed. Aprenda Fácil, 2002.

ENGLERT, S. I. **Avicultura, tudo sobre raças, manejo, alimentação e sanidade**. Guaíba RS. Ed. Agropecuária, 1991.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Saúde e Segurança ocupacional no Ambiente Rural		1	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
O ambiente rural e a qualidade de vida do trabalhador. O histórico do trabalho, da saúde do trabalhador e a Legislação trabalhista. Prevenção e controle de doenças e acidentes do trabalho. Riscos que caracterizam o trabalho e suas condições no ambiente rural. Ações de controle, minimização e prevenção de acidentes de trabalho. Riscos potenciais e causas originárias de incêndio e as formas adequadas de combate ao fogo. Equipamentos de proteção individual (EPI) e os equipamentos de proteção coletiva (EPC) indicados. Legislações e normas de segurança e os elementos básicos de prevenção de acidentes no trabalho. Avaliação ergonômica nos ambientes de trabalho. Rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos. Sinalização nos ambientes de trabalho. Critérios básicos para escolha dos equipamentos de proteção individual, os de higiene ocupacional e os de combate a incêndios. Acidentes com animais peçonhentos e a percepção sobre a conservação dos ambientes naturais. A ecologia e os princípios da segurança no trabalho para a preservação ambiental e sustentabilidade.			
Bibliografia Básica			
ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006. CAMPOS. A. et al Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações . São Paulo; editora Senac São Paulo, 2006. GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho . 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.			
Bibliografia Complementar			
FERREIRA, L.L. et al. Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara, São Paulo . São Paulo: Fundacentro, 1998 GONZAGA, M.C. et al. Análise coletiva do trabalho executado no cultivo do abacaxi . São Paulo: Fundacentro, 2014. IVONE, Sebastião et al. Manual de Saúde e Segurança do Trabalho . 2ª Ed. Editora LTR. São Paulo: 2008. JESUS, C. S.; BRITO, T. A. Estudo dos acidentes de trabalho no meio rural: análise			

dos processos e condições de trabalho. Rev. Saúde, 5(2): 141-146, 2009.
 SALIBA, T. M.; SALIBA, S. C. R. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador.** 2a. ed., São Paulo: LTr, 2003.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Gestão Ambiental		1	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
Proteção de recursos naturais, poluição ambiental meio urbano e rural: ar, água e solo. Riscos e impactos ambientais decorrentes das atividades agropecuárias. Avaliação, e gestão dos riscos e impactos ambientais. Conservação, preservação e proteção ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos de gestão ambiental.			
Bibliografia Básica			
BUCKERIDGE, M.S. Biologia & Mudanças Climáticas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2008. 316 p. PHILLIPPI, A. Jr; ROMERO, M. A.; BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. Editora Manole. 2014. 1250 p. SEIFFERT, M. E. B. ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental. São Paulo: Ed. Atlas, 2017.			
Bibliografia Complementar			
AMADO, F. Direito Ambiental esquematizado. 2. ed.rev. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo; Método, 2014. AQUINO, A. R. Análise de Sistema de Gestão Ambiental. Editora: THEX Editora.1. Ed., 2008. BURSZTYN, M.A.; BURSZTYN, M. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612p. NETO, A. S; CAMPOS, L. M. S.; SHIGUNOV, T. Fundamentos de Gestão Ambiental. Editora Ciência Moderna. 2009. 295pp. PALHARES, J.C.P.; GEBLER, L. Gestão Ambiental na Agropecuária. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. 490p.			

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Construções Rurais		1	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
Caligrafia técnica. Elementos gráficos e legendas. Telhados. Plantas, vistas e cortes. Desenho Técnico aplicado a Construções Rurais. Noções de Materiais e Técnicas de Construção. Seleção de mão de obra. Cálculo básico de materiais. Projeto Arquitetônico básico.			
Bibliografia Básica			
<p>BAUER, L. A. F. Materiais de construção: concreto, madeira, cerâmica, metais, plásticos e asfalto. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., vol. 1, 5 ed., 2008. 488 p.</p> <p>PEREIRA, M. F. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1986, 331 p. ISBN 978-85-213-1538-4</p> <p>RIBEIRO, A. C.; PERES, M. P.; IZIDORO, N. Desenho técnico e AutoCAD. Pearson Education do Brasil, 2013. 362 p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>CARNEIRO, O. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1961. 703 p.</p> <p>CHAVES, R. Manual do construtor. Ediouro, 18 ed., 1996. 326 p.</p> <p>MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2001, 167 p.</p> <p>MYRRHA, M. A. de L. Guia de construções rurais à base de cimento. 1 ed., ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland. 2000. 54 p.</p> <p>SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio Vieira. Manual básico de desenho técnico. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2004. 180 p.</p>			

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Informática Básica		1	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
<p>Windows: conceitos básicos Hardwares e softwares, logon e logoff, utilizando o teclado, Print Screen, o Desktop do Windows, menu iniciar e seus componentes, mouse, elementos de uma janela, movendo e dimensionando janelas, organizando janelas, criar e manipular pastas, propriedades de unidades de discos, gerenciamento de arquivos.</p> <p>Internet: conceitos básicos, como iniciar um navegador de internet, conceitos sobre navegadores de internet, domínios da internet, entendendo os endereços eletrônicos, configurando a página inicial, limpando o histórico, salvando páginas, usando textos e imagens das páginas, selecionando e copiando textos e imagens das páginas, menu favoritos, gerenciamento do menu favoritos, endereço de e-mail, manipulando e gerenciando e-mails, manipulando mensagens, Google Drive(Compartilhar arquivos, trabalhar com arquivos de textos, planilhas e apresentações).</p> <p>Writer: Criando, editando e abrindo um documento, verificação ortográfica, formatação de fontes, realces, parágrafos, bordas, alinhamento, caracteres, notas e localização de texto, colunas, marcadores e numerações, tabulação, tabelas, cabeçalho, rodapé, configurar página(margem, orientação, tamanho papel).</p> <p>Impress: Apresentação de conceitos, design do slide, manipulação de objetos, títulos e mestres, animação e transição, imagens, objetos gráficos, postura em uma apresentação.</p> <p>Calc: Montagem e criação de planilha, lista e classificação de dados, gerenciamento de planilhas, renomear, incluir e excluir planilhas, formatação de textos e números, incluir bordas, formatação automática e condicional, referência relativa e absoluta, procedência de operadores, funções comuns e aninhadas, gráficos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>DINWIDDIE, R. Como fazer Planilhas. Publifolha: Série Sucesso Profissional, 10a. Reimpressão.</p> <p>SILVEIRA, S.A.; CASSINO, J.(Org.). Software Livre e Inclusão Digital. 1. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.</p> <p>SOBRAL, Adail. Internet na Escola - O que é, como se faz. 3ª Ed Nov. de 2002</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>LibreOffice. org. Site Oficial - https://pt-br.libreoffice.org Disponível em: 19/09/19.</p> <p>Apostilas People Brasil Education LibreOffice para usuários.(Windows, Writer, Calc, Impress, Internet)</p> <p>Facilitando a vida no escritório: http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/libre-office-para-leigos.pdf</p> <p>Guia do Iniciante do LibreOffice 3.3: https://wiki.documentfoundation.org/images/3/3e/0100GS3-GuiadoIniciante-ptbr.pdf</p> <p>Guia do iniciante LibreOffice: http://pt.slideshare.net/TntNitro/guia-do-iniciante-libreoffice</p>			
Disciplina		Módulo	Carga Horária
Matemática Aplicada		1	36h40min
Porcentagem Teórica: 70%	Porcentagem Prática: 30%		

Ementa

Análise e aplicações de razões aritméticas e regras de três simples e composta. Definição e aplicação de juros simples e compostos. Resolução de equações e sistemas de equações. Definição de trigonometria no triângulo retângulo, seno, cosseno e tangente e aplicações no mundo real e na Agropecuária.

Bibliografia Básica

BONJORNO, G. **Matemática Fundamental**. Volume Único, Editora FTD. IEZZI, G. et al. **Matemática: ciência e aplicações**, volume 1: Ensino Médio. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
DANTE, L. R. **Matemática contexto e aplicações**. São Paulo: Editora Ática, 2012.
YOUSSEF, A. N.; FERNANDEZ, V. P. **Matemática Conceitos e Fundamentos**. São Paulo: Editora Scipione, 2005.

Bibliografia Complementar

IEZZI, G. et al. **Matemática**. São Paulo: Atual Editora: 2000.
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos da matemática elementar**. Vol. 9. São Paulo: Atual, 2006.
GIOVANNI, J.R.; BONJORNO, J. **Matemática de 2º grau**. São Paulo: F.T.D., 1988.
IMENES, L. M. **Matemática para todos. (5ª a 8ª série)**. São Paulo: Scipione, 2007.
BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Curso de Matemática**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

11.2 Ementário Módulo 2

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Fitotecnia II		2	73h20min
Porcentagem Teórica: 50	Porcentagem Prática: 50		
Ementa			
Culturas anuais e cana-de-açúcar: botânica, origem, importância socioeconômica, cenário nacional e mundial. Descrição da planta e estádios fenológicos. Fatores edafoclimáticos. Cultivares e hábitos de crescimento. Arranjo espacial e sistemas de semeadura e plantio. Inoculação e tratamento de sementes. Correção e manutenção da fertilidade do solo. Monitoramento e manejo das principais pragas, doenças e plantas daninhas. Destruição da soqueira e reforma. Colheita, beneficiamento, armazenamento, comercialização e reaproveitamento de resíduos.			
Bibliografia Básica			
DINARDO-MIRANDA, L. L.; VASCONCELOS, A. C. M. de; LANDELL, M. G. de A. (Ed.). Cana-de-açúcar . 1. ed. Campinas: Instituto Agrônômico, 2010. 882 p. ISBN 978-85-85564-17-9			
PATERNIANI, M. E. A.; DUARTE, A. P.; TSUNECHIRO, A. (Ed.) Diversidade e inovações na cadeia produtiva de milho e sorgo na era dos transgênicos . Campinas: Instituto Agrônômico, 2012. 780 p. ISBN 978-85-85564-26-1			
SEDIYAMA, T. (Ed.). Tecnologias de produção e usos da soja . Londrina: Mecenasa, 2009. 314 p. ISBN 978-85-89687-08-9			
Bibliografia Complementar			
FANCELLI, A. L.; DOURADO NETO, D. Produção de milho . 2. ed. Piracicaba: Os Autores, 2004. 360 p.			
FREIRE, E.C. (Ed.) Algodão no Cerrado do Brasil . Brasília: Positiva, 2015. 956 p. ISBN 978-85-61960-04-9			
PAULA JÚNIOR, T.J. de; VENZON, M. (Coord.). 101 Culturas : manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 800 p. ISBN 978-85-99764-04-6			
SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. (Ed.). Soja : do plantio à colheita. Viçosa: Ed. UFV, 2015. 333 p. ISBN 978-85-7269-519-0			
VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J. de; BORÉM, A. (Ed.). Feijão . 2. ed. atual. ampl. Viçosa: UFV, 2006. 600 p. ISBN 978-85-7269-205-2			

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Manejo Integrado de Plantas Daninhas		2	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
Banco de sementes. Germinação, dormência e quiescência. Manejo de plantas daninhas (Preventivo, Controle e Erradicação). Classificação toxicológica dos defensivos agrícolas.			

Equipamento de Proteção Individual. Destinação de Embalagens Vazias. Pesticidas. Bula de defensivos.

Bibliografia Básica

LORENZI, H. **Plantas daninhas do Brasil: Terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas.** 3º Ed. Nova Odessa. SP. Instituto Plantarum, 2000.
LORENZI, H. **Manual de identificação e de controle de plantas daninhas.** 6ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000. 384p.
SILVA JÚNIOR, D.F. **Legislação sobre agrotóxicos e afins: legislação federal.** Piracicaba: FEALQ, 2008. 440p.

Bibliografia Complementar

JUNIOR SILVA, D. F. da. **Legislação federal: agrotóxicos e afins.** Piracicaba: FEALQ, 2008, 440 p.
KISSMAM, K. G. **Plantas infestantes e nocivas** - bKurt Gottfreid Kissmam, Doris Groth. – 2º ed. São Paulo: Basf, 1999.
SILVA, A. A. da e SILVA, J. F. da. **Tópicos em Manejo de Plantas Daninhas.** Viçosa: Editora UFV, 2007. 367 p.
VOLL, E. et. al. **Plantas daninhas: O banco de sementes e a sustentação de tecnologia na cultura da soja.** Londrina: Embrapa/soja, 2008.
ZAMBOLIM, L., ZUPPI, M. DA C. e SANTIAGO, T. **O que engenheiro Agrônomo devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários.** 3º ed. Viçosa: UFV/DPF, 2008.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Zootecnia II		2	110h00min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		

Ementa

Caprino-ovinocultura: Origem dos caprinos e ovinos (*Capra hircus e Ovis aries*) e sua importância econômica e social. Panorama da caprino-ovinocultura no Brasil e no mundo. Principais características dos caprinos e ovinos, raças e suas aptidões zootécnicas. Tipos de cruzamentos mais utilizados. Manejo reprodutivo: principais características anatômicas, fisiológicas e comportamentais dos machos e fêmeas. Manejo Alimentar: principais características do aparelho digestivo, tipos de alimentos mais utilizados na dieta e principais formas de conservação e utilização dos mesmos. Noções de cálculo de dietas. Manejo sanitário e principais enfermidades dos caprinos e ovinos. Sistemas de criação, instalações e equipamentos mais utilizados. Principais técnicas da

Biotecnologia aplicadas aos caprinos e ovinos. Principais práticas de manejo adotadas na caprino-ovinocultura: técnicas de contenção dos animais; métodos de identificação dos animais; avaliação da idade pela arcada dentária; critérios para seleção de matrizes e reprodutores; separação e controle de lotes na estação de monta; técnicas de casqueamento e tosquia; principais tipos de rações e suplementos utilizados na alimentação dos animais; identificação e métodos de conservação das principais forrageiras utilizadas na alimentação dos ruminantes; cuidados com a matriz e neonato; práticas de ordenha e métodos de detecção da mastite; métodos de detecção da verminose (Famacha e OPG), vias de aplicação e principais medicamentos utilizados; identificação e utilização dos principais sanitizantes (químicos e físicos) utilizados nas instalações e equipamentos.

Suinocultura: Suinocultura. Raças suínas. Sistemas de criação e Exploração econômica dos suínos. Manejo da criação. Alimentação e Nutrição. Reprodução. Manejo sanitário. Conforto do Ambiente Interno para Suínos. Instalações e equipamentos. Produção de carne. Planejamento da criação. Zootecnia. Bioclimatologia, Aproveitamento de Resíduos e Efluentes, Rastreabilidade e

Certificação.

Bibliografia Básica

RIBEIRO, Silvio Dória de Almeida. **Caprinocultura: criação racional de caprinos**. São Paulo: Nobel, 1997.

SILVA, M.G.C.M.; DINIZ, C. R.; ROSADO, A. C. **Criação racional de caprinos**. Lavras: UFLA, 2015. 98p.

SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P. R. S. da; SESTI, L. A. eds.

Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: EMBRAPA, Serviço de Produção de Informação, 1998. 388 p.

Bibliografia Complementar

BONETT, L.P. **Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: EMBRAPA, 1997, 243p.

CARAMORI JUNIOR, J.G.; ATHAIDE, B.S. **Manejo de leitões: da maternidade a terminação**. Brasília: LK Editora. 2006. 80p.

CAVALCANTE, A.C.R.; VIEIRA, L.S.; CHAGAS, A.C.S.; MOLENTO, M.B. **Doenças parasitárias de Caprinos e Ovinos: epidemiologia e controle**. EMBRAPA. 2009.603p.

FONSECA, J.F.; BRUSCHI, J. H.; MARINHO, A.C.S.; RODRIGUES, I.M.; **Produção de caprinos e ovinos de leite**. EMBRAPA. 2011. 256p.

SANTA ROSA, Janete. **Enfermidades em Caprinos: diagnóstico, patogenia, terapêutica e controle**. Brasília: EMBRAPA: Centro Nacional de Pesquisa em Caprinos, 1996. 220p.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Manejo Integrado de Pragas e Doenças em Plantas		2	73h20min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
<p>Conceito de Entomologia agrícola; classificação, características e morfologia dos insetos; Crescimento, desenvolvimento e reprodução dos insetos; fatores que influenciam na população e comportamento dos insetos; Manejo integrado de pragas; conceito de praga agrícola; níveis populacionais; Métodos de manejo de pragas.</p> <p>Conceitos em Fitopatologia; Complexo causal das doenças; Fatores que interferem no desenvolvimento de doenças em plantas; microrganismos fitopatogênicos; sintomatologia e diagnose das doenças de plantas. Manejo integrado de doenças. Métodos de controle de doenças.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO A. Manual de Fitopatologia – Princípios e Conceitos. 4 ed. Vol. 1., Piracicaba. Agronômica CERES. 2011. 704 p.</p> <p>GALLO, D.; NAKANO, O.; NETO, S. S.; CARVALHO, R. P. L.; BAPTISTA, G. C.; FILHO E. B.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B.; VENDRAMIM, J. D. MARQUINI, L. C.; LOPES, J. R. S.; OMOTO, C. Entomologia Agrícola. FEALQ, Piracicaba, 2002. 920 p.</p> <p>KIMAT, H., AMORIM, L.; BERGAMIN FILHO, CAMARGO, L. E. A.; REZENDE, J. A. M.; Manual de Fitopatologia: Doenças de plantas cultivadas. Piracicaba. Ed. Agronômica Ceres. Vol. 2. 2005. 663p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>MIZUBUTI, E. S. G.; MAFFIA, L. A. Introdução à fitopatologia. Viçosa: UFV, 2006. 190 p.</p> <p>TRIPLEHORN, C. A; JOHNSON, N. F. Estudo dos insetos. São Paulo: CENGAGE LEARNING, 2011. 809 p.</p> <p>VALE, F. X. R.; ZAMBOLIM, L. (Ed). Controle de doenças de plantas: grandes culturas. V 1. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997. xxii, 554 p.</p> <p>VENZON, M.; PAULA JÚNIOR, T. J.; PALLINI, A. (Coord.). Avanços no controle alternativo de pragas e doenças. Viçosa: EPAMIG, 2008. 283 p.</p> <p>ZAMBOLIM, L.; PICANÇO, M. C.; SILVA, A. A.; FERREIRA, L. R.; FERREIRA, F. A.; JESUS JÚNIOR, W. C. (Ed.). Produtos fitossanitários: fungicidas, inseticidas, acaricidas e herbicidas. Viçosa: UFV, 2008. xvi, 652 p.</p>			
Disciplina		Módulo	Carga Horária
Mecanização Agrícola		2	73h20min
Porcentagem Teórica: 50	Porcentagem Prática: 50		
Ementa			

Terminologia das máquinas. Sistema de Transmissão. Sistema de direção. Sistema de Levante Hidráulico. Rodados, Bitola e Compactação. Patinagem e Potência Disponível. Condução de tratores. Manutenção de tratores. Arados. Grades. Semeadoras e Plantadoras. Equipamentos de controle de plantas daninhas tratorizados. Adubadoras e esparramadoras de calcário. Pulverizadores tratorizados. Pulverizadores costais. Colhedoras. Ensiladoras.

Bibliografia Básica

MIALHE, L.G.. **Máquinas Agrícolas: ensaios & certificação**. Piracicaba/SP. Fundação de Estudos Agrários Luíz de Queiroz, 1996.

GALETI, P.A.. **Mecanização agrícola: preparo do solo**. Campinas/SP. 1981.

SILVEIRA, G.M. da.. **Preparo de solo: técnicas e implementos**. 292.:il. Viçosa, 2001.

Bibliografia Complementar

GASSEN, Dirceu Neri; GASSEN, Flávio Renato. **Plantio direto: o caminho do futuro**. 2. ed., Passo Fundo: Aldeia Sul. 1996.

MIALHE, L. G. MIALHE, L. G. **Máquinas motoras na agricultura** V1. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. V 1. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

PORTELLA, José Antônio. **Semeadoras para plantio direto**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2001.

SILVA, F.M. de.. **Colheita mecanizada e seletiva do café**. Lavras: UFLA/FAEPE, 75p. 2004.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Os cuidados com o trator**. Aprenda Fácil Editora. 312 p.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Topografia		2	36h40min
Porcentagem Teórica: 50	Porcentagem Prática: 50		
Ementa			
<p>Topografia: Definições e divisões da topografia. Instrumentos e métodos utilizados no levantamento topográfico. Confeção de mapas planimétricos, altimétricos e planialtimétricos. Perfil altimétrico e cálculo de declividade. Memorial descritivo. Georreferenciamento de imóveis rurais. Cadastro Ambiental Rural.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>McCORMAC, JACK C.. Topografia. Rio de Janeiro: LTC, 2013. CASACA, JOÃO MARTINS; MATOS, JOÃO LUÍS DE; DIAS, JOSÉ MIGUEL BAIO. Topografia Geral. Rio de Janeiro: LTC, 2013. COMASTRI, J.A. e JUNIOR, J. G. - Topografia Aplicada: Medição, Divisão e Demarcação. Imprensa Universitária UFV, 1990, Viçosa/MG, 203p.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji. Sistema de Informações Geográficas: aplicações na agricultura. 2ª ed. Brasília: EMBRAPA-CPAC, 1988, 434 P. BORGES, A. C. Topografia. Vols. 1 e 2. São Paulo, Ed. Edgard Blücher. 1977. DOMINGUES, F. A. A. Topografia e astronomia de posição para engenheiros e arquitetos. São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil. MORALES, M. R. A evolução dos mapas através da história. 2008. 42 p. Notas de Aula. MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações - 2.ed. - São Paulo: Editora UNESP, 2008.</p>			

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Comunicação		2	36h40min
Porcentagem Teórica: 50	Porcentagem Prática: 50		
Ementa			
<p>Concepção de leitura e produção textual e o manejo da Língua Portuguesa, considerando diferentes perspectivas. Os sujeitos da leitura e da produção. Compreensão e expressão oral. Tipologia textual. Léxico e argumentatividade. Leitura, compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica. Análise de Gêneros Literários. Formação da capacidade crítica e científica.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>FARACO, Carlos Emílio. Moura, Francisco Marto. Língua e Literatura. 15ª ed. São Paulo: Ática, 1995. 3 v CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & Linguística. 10ª ed. São Paulo: Scipione, 2003. CASTELO, José Aderaldo. A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960) – .1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2004. 2 v.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>GUIMARÃES, Elisa. A articulação do texto. 8 ed. São Paulo: Ática, 2003. LEMLE, Miriam. Guia Teórico do Alfabetizador. 14 ed. São Paulo: Princípios, 1999. MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006. MEDEIROS, João Bosco & Hernandes, Sônia. Manual da secretária. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2004. SANT'ANNA, Affonso Romano de. Paródia, Paráfrase & Cia. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.</p>			

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Irrigação		2	36h40min
Porcentagem Teórica: 50	Porcentagem Prática: 50		
Ementa			
<p>Irrigação: conceito, histórico, dados estatísticos, sustentabilidade e manejo da água. Relação solo-água-planta-atmosfera: Relação água-planta, relação solo-planta,</p>			

classificação física da água, métodos para determinação da umidade do solo, densidade do solo, profundidade efetiva do sistema radicular, velocidade de infiltração de água do solo, dados meteorológicos, instrumentos de medidas e evapotranspiração. Cálculo da água disponível do solo e manejo da irrigação.

Medições de vazão. Métodos de irrigação por aspersão, métodos de irrigação localizada.

Bibliografia Básica

BERNARDO, S.; SOARES, A.A.; MANTOVANI, E.C. **Manual de Irrigação**. 8a. Edição, Viçosa, Editora UFV, 2008. 625p.

CARVALHO, J. de A.; OLIVEIRA, L. F. C. de. **Instalações de Bombeamento para irrigação**. Lavras – MG. UFLA, 2008. 230 p.

MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F. **Irrigação - Princípios e Métodos**. Viçosa: Editora UFV, 2a Edição, 2007, 358p

Bibliografia Complementar

WITHERS, Bruce; VIPOND, Stanley. **Irrigação: projeto e prática**. São Paulo: E.P.U, 1977. 339 p.

COELHO, Rubens Duarte. **Contribuições para a irrigação pressurizada no Brasil**. Piracicaba, 2007. 192 P.

DAKER, A. **Captação, elevação e melhoramento da água; a água na agricultura**. 2. Vol., 6 Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro, 1993. 408 P. IL. TAB

OLIVEIRA, R. A.; RAMOS, M. M.; LIMA, F. Z.; LOPES, J.D. **Irrigação em pequenas e médias propriedades**. Editora Saraiva. Viçosa, CPT, 2007. 292P.

REICHARDT, K. **A água em sistemas agrícolas**. 1. Editora Manole Ltda, São Paulo, 1986. 188 P.

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Processamento de Produtos Agroindustriais	2	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Matéria-prima (de origem vegetal e animal): padronização, classificação, armazenamento, beneficiamento. Processamento de alimentos: conservação de alimentos, higiene na indústria de alimentos, princípios gerais de conservação de alimentos. Processamento de frutas e hortaliças, controle de qualidade. Tecnologia do leite e produtos derivados. Tecnologia da carne e produtos derivados.		
Bibliografia Básica		
FELLOWS, P. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.		

LOVATEL, J.L. **Processamento de Frutas e Hortaliças**. Caxias do Sul: RS: EducS, 2004. 189 p.

SGARBIERI, V.C. **Inovação nos processos de obtenção, purificação e aplicação de componentes do leite bovino**. Atheneu, 2012 316. p

Bibliografia Complementar

CRUZ, A. **Processamento de Leites de Consumo** - Col. Lácteos Editora: Elsevier 2016. 384p

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. **Processamento de frutos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 56 p.

LEITE, E. J.; ANDRADE, L. M. de (Ed.). **Iniciando um pequeno grande negócio agroindustrial: processamento de carne bovina**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 181 p.

LEITE e derivados: inovação tecnológica. Belo Horizonte: SECTES, 2009. 106 p.

MAIA, G.A., SOUSA, P.H.M.; LIMA, A.S.. **Processamento de sucos de frutas tropicais**. Fortaleza: UFC, 2007. 320 p.

11.3 Ementário Módulo 3

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Fitotecnia III		3	146h40min
Porcentagem Teórica: 50 %	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
<p>Fruticultura: Importância econômica, social e alimentar da fruticultura. Características edafoclimáticas. Tratos culturais de espécies frutíferas tropicais e temperadas. Colheita e pós-colheita.</p> <p>Cafeicultura: Morfologia e fisiologia do cafeeiro. Implantação e condução de lavouras. Podas. Pragas e doenças. Distúrbios abióticos. Monitoramento da lavoura. Nutrição mineral. Colheita e pós-colheita. Processamento do café via seca e via úmida. Secagem, beneficiamento e armazenamento. Qualidade do café.</p> <p>Silvicultura: Aspectos econômicos, sociais e econômicos da produção florestal. Produção de matérias primas florestais com espécies de rápido crescimento. Reflorestamentos com fins preservacionistas. Manejo sustentável de espécies nativas Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta. Legislação ambiental brasileira.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>EPAMIG. Café Arábica: do plantio à colheita. Lavras-MG, 2010, v.1, 896p.</p> <p>PAULA, José Elias de; ALVES, José Luiz de Hamburgo. Madeiras Nativas do Brasil. Viçosa: Ed Cinco Continentes, 2ª ed. 2011, 470p.</p> <p>SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: Fealq. 1998.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRUCKNER, C. H., PICANÇO, M. C. Maracujá: Tecnologia de Produção, Pós-Colheita. Agroindústria, Mercado. 2001.</p> <p>SOUZA, J. S. I. Poda das plantas frutíferas. Atualizada e revisada. São Paulo: Nobel, 2005.</p> <p>PIMENTA, J.C. Qualidade de café. Lavras, UFLA, 2003. 304p.</p> <p>CARNEIRO, José Geraldo de Araújo. Princípios de Desrames Florestais. Produção Independente, 2012.</p> <p>XAVIER, Aloisio. WENDLING, Ivar. SILVA, Rogério Luiz da. Silvicultura Clonal - Princípios e Técnicas. 2 ed. Viçosa. Editora da UFV, 2009, 272p.</p>			
Disciplina		Módulo	Carga Horária
Zootecnia III		3	146h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			

Bovinocultura:

Principais raças e linhagens. Etologia. Anatomia e fisiologia. Planejamento e manejo geral da criação. Forragicultura e pastagem. Obtenção e classificação do produto de origem animal. Gerenciamento zootécnico. Sanidade. Ergonomia. Práticas zootécnicas.

Equideocultura:

Importância da espécie, origem e evolução dos Equídeos, raças, manejo nas diferentes fases da criação, reprodução, nutrição e alimentação, métodos de seleção, pelagens, padrões raciais e julgamento, adestramento, utilização para trabalho e esporte, profilaxia das principais doenças, visitas a fazendas de criação da Região.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Mauro Dal Secco de; SOUSA, Clayson Correia de (Ed.). **Bovinocultura leiteira: fisiologia, nutrição e alimentação de vacas leiteiras**. Jaboticabal: Funep, 2009. 246 p.

PIRES, Alexandre Vaz (Ed.). **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: Fealq, 2010 xxx, 760 p.

MARCENAC, L. N. AUBLET, H. J. D. AUTHEVILLE, P. **Enciclopédia do Cavalo. Vol. I e II**. Andrei Editora LTDA. 1990. 1423p.

Bibliografia Complementar

BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim et al. **Bovinocultura de corte: cadeia produtiva & sistemas de produção**. Júlio Otávio Jardim Barcellos ... [et al.]. Guaíba: Agrolivros, 2011. 256 p.

JONES, W. E. **Genética e criação de cavalos**. Ed. Roca SP. 1992. 666p.

SILVA, José Carlos Peixoto Modesto da; VELOSO, Cristina Mattos; CAMPOS, José Mauricio de Souza. **Ordenha manual e mecânica: manejo para maior produtividade**. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 131 p.

PARANHOS DA COSTA, M. J. R; MAGALHÃES SILVA, L. C. **Manual de boas práticas – Bezerros leiteiros**. Jaboticabal: FUNEP. 2011. 51p.

ROSA, M. S. et al. **Manual de boas práticas – Ordenha**. Jaboticabal: FUNEP. 2009. 43p.

Agroindustrial: definições, etapas, confecção, análise da viabilidade técnica e financeira.		
Bibliografia Básica		
<p>BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial: GEPAl: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 419 p.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert J. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século 21. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 458 p.</p> <p>GAUTJIER, F. O.; MACEDO, M. LABIAK JR, S. Empreendedorismo. Curitiba: Livro Técnico, 2010. 120p.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRAGA, M. J.; REIS, B. dos S. (org.). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV; DER, 2005. 305p.</p> <p>CARDOSO, Susana e RUBENSAM, Jane Maria [Org.]. Elaboração e avaliação de projetos para agroindústrias. UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. – 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 84 p.</p> <p>SILVA, Carlos Arthur Barbosa da [Coord.]. Produção de aguardente de cana. Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Secretaria do Desenvolvimento Rural, 1995. v. 4 35p.</p> <p>SILVA, Carlos Arthur Barbosa da [Coord.]. Produção de banana passa. Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Secretaria do Desenvolvimento Rural, 1995. 32p.</p>		
Disciplina		
Módulo		
Carga Horária		
Administração e Economia Rural		
3		
36h40min		
Porcentagem Teórica: 90%		Porcentagem Prática: 10%
Ementa		
<p>O Agronegócio e os sistemas agroindustriais; Noções sobre o processo administrativo; Administração Rural; Noções sobre Microeconomia (Oferta, Demanda, Mercados); Matemática Financeira; Levantamento de custos de produção agropecuária; Noções sobre Indicadores da Economia Rural.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial. GEPAl: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 419 p.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 608 p.</p> <p>SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Administração de</p>		

custos na agropecuária . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 154p.
Bibliografia Complementar
BRAGA, M. J.; REIS, B. dos S. (org.). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias . Viçosa: UFV; DER, 2005. 305p. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos . 2009. WESSELS, Walter J. Economia . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. xvi, 528 p.

Disciplina		Módulo	Carga Horária
Extensão Rural		3	36h40min
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%		
Ementa			
Desenvolvimento agrícola, desenvolvimento Rural e principais políticas agrícolas. Histórico da Extensão Rural; definições; objetivos; características; modelos; metodologias e pressupostos teóricos. Técnicas e multimeios em Extensão Rural. Extensão Rural x Assistência Técnica. Dificuldades na execução da Extensão Rural; políticas Públicas de Extensão Rural.			
Bibliografia Básica			
BUAINAIN, A. M. (1997). Trajatória recente da política agrícola brasileira . Campinas. (Projeto UTF/FAO/036/BRA.) p. 5-14. DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste interno e agricultura. In: LEITE, S. (org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil . Porto Alegre. Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 17-52. QUIDÁ, M. M. Do embate semântico ao desafio da práxis: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária . Tese (Doutorado em Política Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 243 p. , 2019.			
Bibliografia Complementar			

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7° ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.
 NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Avançados USP, São Paulo, v.15, n.43, p. 83-100, dez. 2001.
 OLIVEIRA, M. M. **As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil.** In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97 ? 134, mai-ago: 1999.
 RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável .** MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. p. 25-40.
 VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Secretaria da Agricultura Familiar . MDA. Brasília, março de 2006.

11.4. Disciplina Optativa

Disciplina: LIBRAS		
Período de oferta: 3°		
Carga horária total: 33h20min	Teórica: 26h56min	Prática: 6.64 (20%)
Ementa		
<p>História da Educação dos Surdos. Abordagens e Especificidades Educacionais. Atuação e postura Docente no contexto Educacional Inclusivo. Políticas educacionais e inclusão do surdo. Especificidades do Universo Surdo: Educação Bilíngue, Cultura e Identidade. Estrutura linguística e gramatical da Libras. Vocabulário básico contextualizado da LIBRAS. Comunicação efetiva em Língua de Sinais.</p>		
Bibliografias básicas		
<p>FIGUEIRA, A. S. Material de Apoio para o aprendizado em LIBRAS. Porto Alegre: mediação, 2011. GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parabola, 2009. LACERDA, C.B.F. de. Intérprete de LIBRAS. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009</p>		
Bibliografias complementares		
<p>ALMEIDA, E. C. de.; DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS. São Paulo: Revinter, 2004 FALCÃO, L. A. Surdez, cognição visual e LIBRAS: estabelecendo novos diálogos. São Paulo: Editora Luiz Alberico, 2010. REIS, B. A.C. Dos.; SEGALLA, S. R. ABC em LIBRAS. São Paulo: Panda Books, 2009. SANTANA, A P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007. SANTOS, Jurema. Língua brasileira de sinais: conhecendo e brincando : LIBRAS. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2004.</p>		

12. METODOLOGIA

Este Projeto permite o uso de múltiplas metodologias para que se alcance os objetivos educacionais propostos. Cada uma das disciplinas descritas no Ementário deste documento utilizará, de acordo com suas especificidades, estratégias de ensino diversificadas de modo a atender à diversidade e heterogeneidade dos discentes.

O curso Técnico em Agropecuária Subsequente, na modalidade presencial, desenvolverá seu currículo com o auxílio de metodologias cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências atuais de mercado. Dessa maneira, a participação do aluno no processo de ensino e aprendizagem deve ocorrer de forma interativa, em situações desencadeadas por desafios, problemas e projetos, reais ou simulados, conduzindo a ações resolutivas que envolvam pesquisa e estudo de bases tecnológicas de suporte.

Quanto às metodologias avaliativas, esse Projeto também prevê a priorização de ações diversificadas que atendam às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Realizada de maneira contínua e processual, as avaliações deverão considerar a capacidade de reflexão, conceituação, pesquisa e interação do grupo para superação de possíveis dificuldades que, com auxílio da equipe multidisciplinar que compõe o NAPNE, estabelecerá estratégias de intervenção condizentes com os limites e possibilidades dos discentes atendidos.

Temas como a Educação Inclusiva, Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos e Preservação Ambiental serão trabalhados de maneira transversal, contando com a participação de toda comunidade escolar e priorizando a reflexão aprofundada por meio de trabalhos, pesquisas, palestras, cursos, e debates promovidos tanto pelo curso em questão quanto pela Instituição.

As atividades pedagógicas devem apresentar coerência com a metodologia prevista/implantada, inclusive em relação aos aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

13. PROJETO INTEGRADOR - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Projeto Integrador tem como objetivo construir um espaço interdisciplinar entre diferentes áreas de conhecimento através das experiências do aluno, através da cooperação entre os mais diversos conteúdos curriculares que compõem o processo de ensino e aprendizagem voltado para a formação de uma visão do todo no decorrer do percurso formativo do educando. Destinando uma carga horária de atividades complementares para a formação técnica, desportiva e cultural possibilita-se ao educando a compreensão das dimensões do ensino de profissões técnicas e os

aspectos da produção científica e cultural, assim como menciona Ciavatta, 2012, p. 85.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. [...] Como formação humana o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a sua sociedade política.

O projeto integrador visa consolidar as competências e habilidades adquiridas durante o curso em um projeto que deverá ser baseado em problemas reais, abordando estratégias de desenvolvimento promovendo a integração dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. A prática de integração no âmbito do projeto integrador poderá, sempre que possível, promover a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O discente deve ser estimulado pelos docentes orientadores do projeto integrador a apresentar alternativas e apontamentos frente aos questionamentos técnicos enfrentados pela comunidade envolvida no entorno do IFSULDEMINAS - campus Muzambinho

Como identifica Ramos (2005), as estratégias para conceber um projeto integrador norteiam-se pela “relação entre conhecimentos gerais e específicos” construídas “continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”. Para a construção dos projetos integradores deve-se observar:

- 1) Problematização dos fenômenos – fatos e situações significativas e relevantes para compreendermos o mundo em que vivemos, bem como processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar –, como objetos de conhecimento, buscando compreendê-los em múltiplas perspectivas: tecnológica, econômica, histórica, ambiental, social, cultural, etc.
- 2) Explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do(s) objeto(s) estudado(s) nas múltiplas perspectivas em que foi problematizada e localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais), identificando suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).
- 3) Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e

específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural.

4) A partir dessa localização e das múltiplas relações, organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas (106-127).

Outra proposta integradora será a de construir, ao longo dos períodos letivos, Projetos de Ensino Multi e Interdisciplinares e/ou Seminários temáticos que contemplem o trabalho transdisciplinar norteados pelos princípios das relações étnico-raciais, da inclusão, da ética, da cidadania, do empreendedorismo, da cultura local, do respeito à diversidade, do desenvolvimento socioambiental

O projeto integrador será o processo pelo qual o aluno, por meio de uma produção acadêmica, técnico-científica, cultural e desportiva integrará os conhecimentos trabalhados durante o seu percurso formativo, assim terá a possibilidade de demonstrar o resultado da experiência ensino-aprendizagem e sua aplicação profissional.

Para isto, os estudantes do curso Técnico em Agropecuária Subsequente desenvolverão 146 (cento e quarenta e seis) horas de atividades complementares em cada um dos semestres letivos que compõem o curso, totalizando 438 (quatrocentas e trinta e oito) horas de atividades complementares.

Cento e quarenta e seis horas de atividades complementares deverão ser realizadas em cada um dos semestres letivos em curso, ou seja, 146 (cento e quarenta e seis) horas no Módulo 1, 146 (cento e quarenta e seis) horas no Módulo 2 e 146 (cento e quarenta e seis) horas no Módulo 2. Para que o estudante seja promovido ao próximo semestre/Módulo, deverá cumprir na totalidade as 146 (cento e quarenta e seis) horas de atividades do semestre letivo que esteja finalizando. Caso não cumpra ao longo do semestre, ficará impedido de realizar o estágio curricular obrigatório, devendo realizá-las primeiro para dar prosseguimento em seu estágio e nas disciplinas do próximo semestre letivo. O estudante ao cumprir as disciplinas que compõem a matriz curricular, deverá também ter cumprido as 438 (quatrocentas e trinta e oito) horas de atividades complementares. como um dos requisitos de atendimento das cargas horárias que totalizam o curso Técnico em Agropecuária Subsequente.

Atividades obrigatórias que compõem a carga horária das atividades complementares:

- Módulo 1:

. realização de 110 (cento e dez) horas de atividades práticas, o que equivale a 6 aulas semanais ao longo das 20 semanas do semestre. Havendo sábado letivo, equivalente ao seu dia de

atividade complementar, o estudante tem a opção de aumentar sua carga horária correspondente àquele dia da semana. Essas atividades práticas serão desenvolvidas nos Laboratórios de Ensino e Produção das disciplinas correspondentes ao seu Módulo, possibilitando a conexão da teoria com a prática.

. participação em 20 (vinte) horas nas aulas de atendimento ao discente, apresentadas por pelos docentes que atuam no curso Técnico em Agropecuária Subsequente, IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. O horário para apresentação dos atendimentos aos discentes que quantificam as horas de atividades complementares será entre 11 e 13 horas, 17 e 19 horas.

. participação em 16 (dezesesseis) horas das atividades acadêmicas, científicas, culturais ou desportivas apresentadas pelo IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. As atividades acadêmicas e científicas serão comprovadas por certificação. As atividades culturais e desportivas somente poderão ser certificadas ao serem desenvolvidas na própria instituição, ficando o responsável da atividade pela certificação. As horas desenvolvidas como Estudante Referência dos Laboratórios de Ensino e Produção do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho e as horas desenvolvidas como integrantes de projetos de pesquisa ou de extensão serão quantificadas através de certificação. Externamente ao campus, somente serão quantificadas as atividades acadêmicas e científicas com a comprovação da certificação.

- Módulo 2:

. realização de 110 (cento e dez) horas de atividades práticas, o que equivale a 6 aulas semanais ao longo das 20 semanas do semestre. Havendo sábado letivo, equivalente ao seu dia de atividade complementar, o estudante tem a opção de aumentar sua carga horária correspondente àquele dia da semana. Essas atividades práticas serão desenvolvidas nos Laboratórios de Ensino e Produção das disciplinas correspondentes ao seu Módulo, possibilitando a conexão da teoria com a prática.

. participação em 20 (vinte) horas nas aulas de atendimento ao discente, apresentadas por pelos docentes que atuam no curso Técnico em Agropecuária Subsequente, IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. O horário para apresentação dos atendimentos aos discentes que quantificam as horas de atividades complementares será entre 11 e 13 horas, 17 e 19 horas.

. participação em 16 (dezesesseis) horas das atividades acadêmicas, científicas, culturais ou desportivas apresentadas pelo IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. As atividades acadêmicas e científicas serão comprovadas por certificação. As atividades culturais e desportivas somente poderão ser certificadas ao serem desenvolvidas na própria instituição, ficando o responsável da

atividade pela certificação. As horas desenvolvidas como Estudante Referência dos Laboratórios de Ensino e Produção do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho e as horas desenvolvidas como integrantes de projetos de pesquisa ou de extensão serão quantificadas através de certificação. Externamente ao campus, somente serão quantificadas as atividades acadêmicas e científicas com a comprovação da certificação.

- Módulo 3:

. realização de 110 (cento e dez) horas de atividades práticas, o que equivale a 6 aulas semanais ao longo das 20 semanas do semestre. Havendo sábado letivo, equivalente ao seu dia de atividade complementar, o estudante tem a opção de aumentar sua carga horária correspondente àquele dia da semana. Essas atividades práticas serão desenvolvidas nos Laboratórios de Ensino e Produção das disciplinas correspondentes ao seu Módulo, possibilitando a conexão da teoria com a prática.

. participação em 20 (vinte) horas nas aulas de atendimento ao discente, apresentadas por pelos docentes que atuam no curso Técnico em Agropecuária Subsequente, IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. O horário para apresentação dos atendimentos aos discentes que quantificam as horas de atividades complementares será entre 11 e 13 horas, 17 e 19 horas.

. participação em 12 (doze) horas das atividades acadêmicas, científicas, culturais ou desportivas apresentadas pelo IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. As atividades acadêmicas e científicas serão comprovadas por certificação. As atividades culturais e desportivas somente poderão ser certificadas ao serem desenvolvidas na própria instituição, ficando o responsável da atividade pela certificação. As horas desenvolvidas como Estudante Referência dos Laboratórios de Ensino e Produção do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho e as horas desenvolvidas como integrantes de projetos de pesquisa ou de extensão serão quantificadas através de certificação. Externamente ao campus, somente serão quantificadas as atividades acadêmicas e científicas com a comprovação da certificação.

. participação em 4 (quatro horas) na prova de avaliação do curso Técnico em Agropecuária Subsequente. A nota dessa prova não será aplicada em nenhuma das avaliações regulares do estudante, não interferindo em seu resultado para aprovação no curso. Terá o objetivo de subsidiar a reestruturação do projeto pedagógico do curso e dar noção sobre o futuro profissional em relação às suas responsabilidades, habilidades e competências apresentadas pelas legislações específicas do Técnico em Agropecuária. Estudantes que não puderem participar do dia específico deverão realizar em período oportuno. Estudantes em regime domiciliar poderão realizá-la pela plataforma

presencial.

14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é uma exigência assegurada pelas Leis Federais nº 11.788/2008, nº 9.394/1996, Orientação Normativa nº 7 de 30/10/2008 e Instrução Normativa CONSUP Nº 213/2019, utilizado para complementar a formação acadêmica.

No estágio supervisionado o discente tem a oportunidade de desenvolver atividades práticas, nas quais será exigido um mínimo de conhecimentos técnicos prévios, os quais devem ser adquiridos durante sua formação. Estes conhecimentos serão utilizados como ponto de partida para a construção de um diálogo proveitoso entre o estagiário e profissional de sua área de atuação (curso). No desenvolvimento do estágio o discente tem a oportunidade de participar da vivência diária de profissionais de sua área de atuação e/ou das atividades que lhe permitirão consolidar sua formação.

O Estágio Curricular Supervisionado, com duração de 120 (cento e vinte) horas somente poderá ser realizado em instituições/empresas externas e será acompanhado e orientado pelo coordenador de curso e professor orientador, respectivamente.

O desenvolvimento da atividade de estágio será permitida, somente, a partir do término do primeiro semestre, Módulo 1 do curso. Ressalta-se que as atividades de estágio não podem exceder 2 (duas) horas diárias (10 horas semanais) em período letivo e podem atingir até 8 (oito) horas diárias (40 horas semanais) em período não letivo de aulas presenciais de acordo com o calendário acadêmico

Apenas serão aceitos estágios que estiverem em acordo com as exigências do Projeto Pedagógico do Curso e com as Normativas de estágios do IFSULDEMINAS e, em atendimento, aos seguintes itens.

I – A elaboração do Plano de Estágio deverá ser feita antes do início do estágio e deve ser encaminhada à empresa concedente, juntamente com o Termo de Compromisso, a Ficha de Avaliação e Ficha de Frequência.

O Plano de Estágio deverá ser elaborado em ação conjunta, envolvendo o professor orientador, representante da empresa concedente (supervisor do estágio) e o aluno. Dessa forma, haverá maior compatibilidade entre as atividades a serem desenvolvidas no estágio, sua área de formação e aquelas previstas no Termo de Compromisso, atendendo o disposto na Lei 11.788/2008 Artigos 3º, item III, Art. 7º e Parágrafo Único, nº 7 de 30/2008 no seu Art. 5º e Normatização de

estágio dos cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.

II – O relatório de estágio deverá ser elaborado, descrevendo as atividades realizadas de acordo com o seu Plano de Estágio. Após a realização do estágio, toda documentação deve ser preenchida e assinada pelos responsáveis, sendo digitalizada e enviada para o e-mail institucional da coordenação do curso, para que o coordenador a análise e assine o Recibo de Conclusão de Estágio. Ao analisar e assinar o Recibo, a documentação é enviada ao estagiário para que este a poste no formulário específico, finalizando assim a atividade.

III - Para avaliação do relatório de estágio o professor orientador deverá observar os seguintes critérios:

- a) Conteúdo, nível técnico, qualidade do trabalho e apresentação do relatório.
- b) Capacidade criativa e inovadora demonstrada no relatório e uso da linguagem técnica específica do curso.

O estudante deverá realizar 100% da carga horária do estágio curricular obrigatório em instituições externas. O IFSULDEMINAS – campus Muzambinho se destinará a oferta das horas complementares, 438 (quatrocentas e trinta e oito) horas, que o estudante deverá cumprir, sendo 146 (cento e quarenta e seis) horas em cada um dos semestres letivos.

Orientação e Supervisão do Estágio

A orientação do estagiário deverá ser realizada por docente do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho que apresente formação na área de realização do estágio. O docente orientador deverá entrar em contato previamente com o supervisor do estagiário para que ambos preencham o Plano de Atividades que será desenvolvido pelo estudante na empresa. Após o preenchimento do Plano de Atividades, o docente orientador deverá discutir com o seu orientando os conteúdos que este deve rever ou estudar para que tenha êxito em seu estágio. O docente orientador deverá manter contato constante com seu orientando para que possa auxiliá-lo, se for o caso.

A supervisão do Estágio deverá ser realizada por profissional da área que apresente, nível técnico ou superior. O supervisor deverá interagir diariamente com seu estagiário, visando ao cumprimento pleno do Plano de Atividades previamente estabelecido com o docente orientador.

Avaliação do Estágio

O estudante, após a finalização de seu estágio, deverá preencher o relatório de atividades que deverá ser assinado pelo seu supervisor. As atividades desenvolvidas deverão ser

condizentes àquelas listadas em seu Plano de Atividades. O supervisor deverá realizar a avaliação do estagiário em formulário próprio fornecido ao estagiário. Ambos os documentos, relatório e avaliação do supervisor, deverão ser assinados pelo orientador e entregues ao coordenador do curso Técnico em Agropecuária. Ao ter toda a documentação final postada em formulário próprio e previamente aprovada pela coordenação do curso, esta marcará a data da apresentação do relatório para uma banca composta pelo coordenador do curso, docente orientador e opcionalmente por um profissional da área convidado, podendo ser o próprio supervisor do estagiário. O estudante deverá apresentar seu relatório usando o recurso que ele definir, em um tempo máximo de 10 (dez) minutos. Após a apresentação, os membros da banca arguirão o estudante em relação às atividades desenvolvidas por ele. O coordenador informará previamente aos membros o dia e horário para a apresentação do relatório pelo estagiário.

Certificação do Estágio

O deferimento da carga horária do estágio desenvolvido pelo estudante será efetivado pelos membros da banca, por meio de maioria simples, ou seja, com dois votos de aprovação do estágio realizado. Caso não haja o indeferimento da carga horária em questão, essa será anulada e o estudante deverá realizar nova carga horária de estágio. A banca poderá deferir parte ou total carga horária do estágio realizado.

A não realização das 120 (cento e vinte) horas de estágio ou a realização sem o deferimento pela banca, impedirá que o estudantes tenha a conclusão do curso.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação está intrinsecamente ligada ao processo pedagógico e deverá servir para diagnosticar os resultados e traçar novas metas para o processo ensino aprendizagem, possibilitando, aos professores e estudantes, a identificação dos avanços alcançados, dos caminhos percorridos e dos novos rumos a serem seguidos. Hoje a avaliação, conforme define Luckesi 1996, p. 33, "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão".

Esse processo é realizado de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o

objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada estudante, em relação a programação curricular, de acordo com a Resolução IFSULDEMINAS N° 073/2015. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. Toda resposta ao processo de aprendizagem, é uma questão a ser considerada por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, sendo assim, um novo ponto de partida, para um recomeço de novas tomadas de decisões.

A avaliação deve estar vinculada à prática adotada em sala de aula, favorecendo a aprendizagem, e articulada à mudança da metodologia de ensino. Cabe, também, ao professor, desenvolver um processo de autoavaliação contínua para que possa identificar possíveis desvios em relação a esse processo.

Os critérios de avaliação da aprendizagem estão de acordo com Resolução que contém as normas acadêmicas dos cursos técnicos integrados.

O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

Os instrumentos de avaliação podem ser divididos em:

- provas objetivas e subjetivas com análise, interpretação e síntese;
- resoluções de exercícios;
- arguições de conteúdos teóricos e/ou práticos;
- trabalhos de pesquisa;
- fichas de observações;
- relatórios de atividades práticas e/ou de laboratório;
- projetos interdisciplinares;
- autoavaliação;
- e outros instrumentos avaliativos.

O professor deverá aplicar, no mínimo, dois instrumentos avaliativos por semestre aos estudantes, devendo ser respeitado o valor máximo de 50 (cinquenta) por cento para cada avaliação do valor total do semestre.

A avaliação é um processo contínuo, em que o professor é um orientador para que o estudante possa adquirir as competências e habilidades necessárias. O estudante passa a ser um agente ativo do processo de aprendizagem e o professor mediador, possibilitando o estudante aprender por si só e articular conhecimentos, habilidades e atitudes na produção de serviços, na execução de tarefas e na resolução de problemas. Os procedimentos que o professor adotará para as

avaliações visam diagnosticar a evolução do processo de construção das competências e fomentar mudanças no sentido torná-lo mais eficiente.

O NAPNE do campus Muzambinho deliberará sobre as adequações necessárias ao processo avaliativo dos estudantes que são público-alvo da educação inclusiva cabendo a este Núcleo, juntamente à coordenação de curso, realizar a orientação dos docentes, a partir da estruturação do PEI (Plano de Educação Individualizado). O PEI considerará as necessidades especiais individualizadas para o cumprimento da matriz curricular ou parte formativa, possibilitando o estudante a obtenção da Certificação Específica.

15.1. Da Frequência

Há de se zelar, junto aos pais ou responsáveis, para aqueles estudantes menores de idade, pela frequência à escola, informando pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos. Para os cursos subsequentes, no IFSULDEMINAS, será reprovado o aluno que obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina. As frequências serão computadas diariamente no SUAP e acompanhadas rotineiramente pelos estudantes.

15.2. Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

Os resultados de toda e qualquer avaliação deverão ser publicados e revisados em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação. Os critérios e valores de avaliação, adotados pelo docente, deverão ser explicitados aos discentes no início do semestre letivo e devem estar previstos no projeto pedagógico e nos planos de ensino. O docente poderá alterar o critério de avaliação desde que informe aos estudantes, coordenador de curso e setores voltados para atividades pedagógicas e de acompanhamento ao educando.

Conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação básica tem como regra a obrigatoriedade da oferta de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar. Neste sentido, atendendo às Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos Subsequentes do IFSULDEMINAS, o campus Muzambinho prevê, além da recuperação aplicada ao final do semestre letivo, a possibilidade de o discente participar da recuperação paralela, a ser realizada durante o horário de atendimento aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

Ressalta-se que o docente, ao verificar qualquer situação do discente que está prejudicando sua aprendizagem, deverá comunicá-lo oficialmente sobre a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo. A comunicação oficial também deverá ser realizada à Coordenadoria Geral de Ensino. O docente deverá registrar, oficialmente, a presença do discente comunicado para participar do horário de atendimento ao discente. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam à melhoria da aprendizagem do discente também deverão registrar, oficialmente, a presença do discente comunicado.

O resultado médio do semestre será expresso em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal. As notas serão semestrais, variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos em cada disciplina do semestre. As avaliações semestrais terão caráter qualitativo e quantitativo e deverão ser discriminadas no projeto pedagógico do curso e no plano de ensino de cada disciplina. Deverá haver, no mínimo, em cada um dos semestres, duas avaliações com pontuação máxima de 5,0 (cinco) pontos. Nenhuma avaliação para a composição da nota semestral poderá ter mais que 5,0 (cinco) pontos.

Ao final do semestre letivo, o professor certificará o alcance das competências; caso o estudante permaneça com resultado inferior a 6,0 (seis) pontos, este terá direito a recuperação.

Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na Secretaria de Registros Escolares (SRE).

O resultado do semestre será expresso em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal. Será atribuída nota 0,0 (zero) a avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

O estudante que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal, será atribuída nota 0 (zero) na avaliação.

O discente será considerado APROVADO quando obtiver média semestral em cada uma das disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta) por cento e frequência (Fr) igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento, da carga horária da disciplina, conforme projeto pedagógico do curso.

O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta) por cento no semestre terá direito à recuperação no final do semestre. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDR) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDR) for menor que a nota da disciplina antes da recuperação, será mantida a maior

nota.

Terá direito ao exame final, ao término do semestre letivo, o discente que obtiver média anual – MD igual ou superior a 30,0% (trinta) e inferior a 60,0% (sessenta) por cento e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento na disciplina. O exame poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final. O exame final é facultativo para o aluno. Na ausência do aluno no exame final, será mantida a média semestral da disciplina. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

Estará REPROVADO na disciplina o discente que obtiver nota inferior a 60,0% (sessenta) por cento ou obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco) por cento na disciplina.

As frequências serão computadas diariamente e divulgadas ao final de cada bimestre no Sistema sendo a divulgação da frequência mensal.

No final do semestre letivo, após as recuperações, o estudante terá sua situação de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4. Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS.

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$MD < 60,0\%$	RECUPERAÇÃO
$30,0\% \leq MDR < 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL

MD < 30,0% ou RFD <60,0% ou FD < 75%	EXAME FINAL
--------------------------------------	-------------

MD – média da disciplina; FD – frequência total da disciplina; MDR – média da disciplina recuperação; RFD – resultado final da disciplina

Somente poderá realizar o exame final de certa disciplina, aquele que prestou a prova de recuperação correspondente, salvo quando amparados legalmente.

O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na Secretaria de Registros Acadêmico num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota. A revisão de notas poderá ser realizada até o quinto dia útil após o início do semestre letivo posterior à aplicação do exame final.

A reprovação em número igual ou superior a 3 (três) disciplina, no semestre, acarretará a retenção no módulo, devendo cumpri-las, primeiramente, para continuar sua promoção. Caso o discente reprove em até 2 (duas) disciplina poderá, se houver compatibilidade de horário, matricular-se no módulo seguinte, acrescido dessas disciplinas, após o parecer da coordenação do curso ou do Colegiado do Curso.

O discente terá o dobro do tempo normal do curso, contado a partir da data de ingresso no primeiro semestre, como prazo máximo para a conclusão do curso, não sendo contado o tempo de trancamento do curso.

verá dois modelos de recuperação que o discente poderá participar:

I. Recuperação paralela – realizada todas as semanas durante o horário de atendimento docente aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

a. O docente, ao verificar qualquer situação do discente que está prejudicando sua aprendizagem, deverá comunicá-lo oficialmente a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo.

b. A comunicação oficial também deverá ser realizada a Coordenadoria Geral de Ensino (CGE) que delegará o encaminhamento.

c. O docente deverá registrar a presença do discente comunicado oficialmente para participar do horário de atendimento ao discente.

d. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam à melhoria da aprendizagem do discente deverão registrar a presença do discente comunicado oficialmente.

II. Recuperação do Módulo – recuperação avaliativa de teor quantitativo aplicada ao final do semestre quando o discente se enquadrar na situação apresentada no Quadro 4.

O conselho de classe semestral ficará responsável pela avaliação da promoção do discente que não obtiver aprovação em até 2 (duas) disciplinas de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

A revisão de nota deverá ser efetivada por outro docente da área indicado pelo coordenador do curso. A nota final do discente, neste caso, será calculada pela média aritmética de ambas as notas.

15.3 Do Regime de Dependência

O regime de dependência institucional assegura ao estudante matriculado no curso a possibilidade de promoção para o ano seguinte, desde que não tenha sido reprovado por frequência e ter reprovado por rendimento em, no máximo, 2 (duas) disciplinas no semestre letivo, desde que tenha obtido nota igual ou superior da 4,0 (quatro) pontos nas disciplinas reprovadas. A coordenação do curso julgará, mediante análise do desempenho escolar do estudante e o apresentado na Resolução IFSULDEMINAS Nº 073/2020, a possibilidade dele se vincular ao regime de dependência institucional. Ao ser permitida a dependência institucional, as disciplinas ofertadas em regime de dependência serão cursadas no módulo seguinte. No processo da coordenação do curso enviado a Secretaria de Registros Acadêmicos deverá constar a relação dos estudantes vinculados ao regime de dependência por disciplina.

Aquele que não atender aos critérios previamente estabelecidos e não for aprovado o regime de dependência pela coordenação do curso será retido e deverá cursar a(s) disciplina(s).

As disciplinas ofertadas em regime de dependência serão organizadas por meio do programa de dependência orientada, que é constituído por um projeto de estudos e avaliação que visa à recuperação de conteúdo e de notas. O programa de dependência seguirá os princípios didático-pedagógicos: 1) elaborado de acordo com a dificuldade de aprendizagem apresentada pelo estudante e a natureza da disciplina; 2) poderá constar todo o conteúdo da disciplina ou apenas a parte que o estudante apresentou maior dificuldade; 3) não está vinculado necessariamente ao ano letivo em curso, podendo ser finalizado ao se evidenciar a superação de suas deficiências de aprendizagem, mediante processo avaliativo. Da mesma forma, não está vinculado à frequência mínima de 75,0% (setenta e cinco) por cento, mas ao projeto de estudo orientado.

O programa poderá ser desenvolvido mediante a utilização de metodologias alternativas, o uso de ferramentas disponibilizadas pela educação à distância com a realização de encontros presenciais, que deverão acontecer, pelo menos, 1 vês ao mês, no horário de atendimento ao discente. Deverá atender aos seguintes princípios de organização e registro acadêmico: 1) plano de atividades apresentado ao estudante no primeiro encontro presencial; 2) As coordenações de curso, a Coordenadoria Geral de Ensino (CGE) e a coordenadoria e/ou setor voltado para atividades pedagógicas e de acompanhamento ao educando orientarão o professor na elaboração e desenvolvimento do programa de estudo orientado; 3) ao final do programa de estudo orientado, o professor deverá entregar o Diário de Classe conforme regimento.

O processo avaliativo do programa de dependência poderá ser desenvolvido mediante provas ou metodologias diversificadas, devendo-se prever, no mínimo, uma avaliação escrita. O estudante que ao término do período letivo não superar as deficiências de aprendizagem apresentadas, não terá direito de realizá-la novamente neste regime, devendo realizá-la presencialmente. O estudante em dependência orientada fará jus ao direito de realizar a recuperação e exame final, assim como análise do conselho de classe.

15.4 Do Conselho de Classe

O tema Conselho de Classe, de acordo com a Resolução CONSUP Nº 73/2015, é apresentado conforme o texto:

- o conselho de classe pedagógico, de caráter consultivo e diagnóstico, será constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes discentes, supervisão pedagógica, orientador educacional, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discutem sobre a evolução, aprendizagem, postura de cada discente e faz-se as deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo. O conselho de classe bimestral deverá se reunir, no mínimo, 1 (uma) vez após decorrido, no mínimo, 50% do semestre letivo.

- o conselho de classe final é constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, supervisão pedagógica, orientador educacional, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção. Parágrafo único. Somente os

docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o coordenador do curso terá o voto de Minerva.

É importante destacar que representantes do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) também fazem parte dos conselhos.

15.5. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

15.5.1. Terminalidade Específica

A LDBEN prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas necessidades, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB Nº 2/2012, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica [...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla. A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE, o direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que

possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma dessas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício dessas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora. A terminalidade específica e demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

15.5.2. Flexibilização Curricular

Adaptações curriculares deverão ocorrer no nível do projeto político pedagógico e focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, conforme apresentada na Resolução IFSULDEMINAS Nº 157/2022. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.
2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser relativos à priorização de áreas, unidades de conteúdos, à reformulação das sequências de conteúdos ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.
3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as

passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

a. Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos - didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

b. Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e seus conteúdos.

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso será revisto e/ou alterado sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas, defasagens entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. O resultado da avaliação final aplicada às turmas de terceiros anos, atividade complementar obrigatória, apoiará o Colegiado de Curso na tomada de decisão.

As eventuais alterações curriculares serão implantadas sempre no início do desenvolvimento de cada turma ingressante e serão propostas pelo Colegiado do Curso, com acompanhamento do setor pedagógico, devendo ser aprovadas pelo Colegiado Acadêmico do campus (CADEM), pela Câmara de Ensino (CAMEN), pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Superior (CONSUP).

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico ou nos regulamentos internos e externos do IFSULDEMINAS serão resolvidos pelo Colegiado do curso e/ou CADEM, com auxílio da Coordenação Pedagógica.

17. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente deve contemplar os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento e extracurriculares, não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

A Instrução Normativa PROEN IN Nº 04 de 06 de dezembro de 2018 dispõe sobre as Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e sobre o regulamento dos auxílios

estudantis. Assim, a referida Instrução Normativa estabelece:

Art. 1º- A Política de Assistência Estudantil como conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que promovam, aos discentes, o acesso, a permanência e a conclusão, com êxito, dos cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS, regida pelos seguintes princípios:

- a) Oferta do ensino público, gratuito e de qualidade;
- b) Garantia da qualidade dos serviços prestados ao discente;
- c) Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais, esportivas e pedagógicas, visando a formação integral do discente;
- d) Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão nos cursos do IFSULDEMINAS, garantindo a equidade no atendimento aos discentes;
- e) Promoção da educação inclusiva, entendida como defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação relacionadas às pessoas com deficiência, à classe social, ao gênero, à etnia/cor, à religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física/mental/intelectual;
- f) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- g) Garantia do acesso à informação a respeito dos programas e projetos oferecidos pela Instituição;

Art. 2º- A gratuidade do ensino, compreendida como a proibição de cobrança de taxas e contribuições vinculadas à matrícula e primeira via de emissão de documentos de identificação escolar e comprobatórios de situação acadêmica para todos os níveis de ensino, bem como uniformes para cursos de nível técnico integrado e subsequente.

Art. 3º- A compra de apostilas e livros didático-pedagógicos pelo estudante, colocados à venda por empresas terceirizadas, como condição não obrigatória para acompanhamento das disciplinas e essa comercialização não pode causar prejuízos ao processo ensino-aprendizagem.

Art. 4º- A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, norteada pelas seguintes diretrizes:

- a) Primazia do atendimento dos serviços da assistência estudantil por equipamentos públicos institucionais;
- b) Divulgação da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS: serviços

oferecidos, planos, programas e projetos, bem como suas normas e regulamentos.

Art. 5º- A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos anteriormente, com os seguintes objetivos:

a) Promover a Assistência Estudantil por meio da implantação e implementação de programas que propiciem, aos discentes, acesso, permanência e êxito no processo educativo, apoio à inserção no mundo do trabalho e exercício da cidadania;

b) Proporcionar aos discentes com necessidades educacionais especiais, as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico e social, conforme legislações vigentes;

c) Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos discentes;

d) Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando alternativas para a redução da reprovação e evasão escolar;

e) Promover e ampliar a formação integral dos discentes, estimulando e desenvolvendo o protagonismo juvenil, a criatividade, a reflexão crítica, a ação política, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, científico e tecnológico;

f) Divulgar amplamente os serviços, programas e projetos oferecidos pela Instituição e os critérios para os respectivos acessos, incentivando a participação da comunidade discente nos mesmos;

g) Estabelecer e ampliar programas e projetos referentes à alimentação, saúde física e mental, serviço sociopsicopedagógico, orientação profissional, moradia e transporte.

Art. 6º- A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, composta pelos seguintes programas:

a) Programa de Assistência à Saúde;

b) Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais;

c) Programa de Acompanhamento do Serviço Social;

d) Programa Auxílio Estudantil;

e) Auxílio Participação em Eventos – EVACT;

f) Programa de Acompanhamento Psicológico;

g) Programa de Acompanhamento Pedagógico;

h) Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura;

i) Programa de Inclusão Digital;

Parágrafo Único: Os programas referidos poderão sofrer alterações em decorrência de ausência de recursos suficientes para sua manutenção e sua execução será definida em regulamentação posterior. A implantação dos Programas vinculados à Assistência Estudantil, no

âmbito do IFSULDEMINAS, está relacionada ao trabalho interdisciplinar de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento, a saber: Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Nutrição, dentre outros, em conformidade com a realidade de cada campus.

17.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação terão direito a adaptação curricular, que deverá ser elaborada pelos docentes com assessoria/acompanhamento do NAPNE e formalizada no plano educacional individualizado conforme resolução do IFSULDEMINAS.

O campus Muzambinho, com o assessoramento do NAPNE, assegurará às pessoas com deficiência as condições que possibilitem o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Para tanto, promoverá ações junto à comunidade acadêmica possibilitando:

Acessibilidade arquitetônica: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal: Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações: Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

18. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Além das tecnologias usuais, poderão ser utilizadas no processo de ensino e de aprendizagem, a critério do professor, ferramentas diversas como os blogs, os documentos colaborativos (Wiki ou Google Docs), os programas digitais de áudio (podcasts), os dispositivos móveis, os vídeos (YouTube), os conteúdos livres, autoinstrucionais e massivos em ambientes virtuais, tais como plataformas de cursos livres (MOOCs), os aplicativos, jogos, portfólios online e outros que possibilitem registro no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O campus Muzambinho conta para isso com laboratórios de informática, lousas digitais, data shows e rede sem-fio. Os laboratórios estão disponíveis a todos os professores do curso que necessitem utilizar a tecnologia como fonte de pesquisa e estratégia de ensino.

Para que os docentes tenham competência no desenvolvimento das aulas semipresenciais, passarão por capacitações no Centro de Educação a Distância (CEAD) do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho, bem como formações continuadas na prática docente e facilitadas pela Diretoria de Desenvolvimento Educacional. Para que os estudantes também possam desenvolver suas atividades semipresenciais, estes também passarão por capacitações, assim como farão uso desse ambiente físico para que possam interagir de forma on-line com os seus professores e tutores.

Estudantes que apresentarem necessidades educacionais específicas terão os recursos indicados pelo NAPNE para que tenham êxito em suas atividades semipresenciais.

19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Em atendimento aos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Art.11 da Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999, e de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, em seu Art. 36, haverá aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do aluno, com vistas ao prosseguimento dos estudos, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.

A avaliação de conhecimentos e a elaboração do plano para complementação dos estudos serão realizadas por uma comissão constituída pelo Coordenador, por professores do curso e pela Pedagoga. Essa avaliação se fará segundo os seguintes critérios:

- I. Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II. Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III. Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV. Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Se os conhecimentos anteriores forem adquiridos em qualificações profissionais, em etapas ou módulos de nível técnico, em outra unidade escolar, devidamente autorizada, ou por processos formais de certificação de competências, ou ainda, em outro curso da própria Instituição, a avaliação se fará pela comprovação de que as competências e habilidades desenvolvidas são as requeridas pelo curso e necessárias para definir o perfil de conclusão das disciplinas estabelecido no Plano de Curso, sem necessidade de exame de avaliação obrigatória, podendo haver necessidade de adaptação ou complementação de carga horária em função de diferenças no currículo.

Comprovados os conhecimentos anteriores por exame de proficiência ou por análise de documentação oficial, está garantido ao aluno o aproveitamento e a dispensa dos conteúdos relativos às competências e habilidades avaliadas.

20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

20.1. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo, com composição, competências e funcionamento previstas na Resolução do IFSULDEMINAS. É constituído pelo coordenador de curso; dois representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes; dois representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes; dois representantes discentes titulares,

eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

As reuniões do colegiado de curso devem acontecer bimestralmente, com a presença do setor pedagógico, ou sempre que se fizer necessário, atendendo ao pedido de pelo menos 50% de seus membros.

São funções dos colegiados de curso: emitir parecer sobre a extinção ou implantação de cursos; propor currículos de cursos e suas possíveis alterações, com acompanhamento do setor pedagógico; validar, com o apoio da supervisão pedagógica, alteração no critério de avaliação do docente e analisar casos que não foram previstos na resolução.

20.1.1 Atuação do(a) Coordenador(a) no Colegiado de Curso

O coordenador do curso atua conforme apresentado na Resolução CONSUP 033/2014:

Art. 11. Ao Presidente do Colegiado compete: I. determinar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as datas das reuniões ordinárias do Colegiado a serem realizadas; II. convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, ou a requerimento dos membros do Colegiado, considerando a maioria simples; III. presidir as reuniões do Colegiado e nelas manter a ordem; IV. fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la a aprovação; V. dar conhecimento ao Colegiado de toda matéria recebida; VI. designar relator que não poderá ser autor da proposição, mediante rodízio, e distribuir-lhe a matéria sobre a qual deverá emitir parecer; a. Sem observância de rodízio, poderá ser designado relator um dos membros que possuir notórios conhecimentos especializados na matéria em estudo. VII. conceder a palavra aos membros do Colegiado que a solicitarem; VIII. interromper o orador que estiver falando sobre o vencido ou assunto fora da pauta; IX. submeter à votação as matérias sujeitas ao Colegiado e proclamar o resultado da eleição; X. conceder vista dos processos aos membros do colegiado que a solicitarem, nos termos deste Regimento; XI. assinar os pareceres e convidar os demais membros do Colegiado a fazê-lo; XII. enviar ao Colegiado Acadêmico do campus (CADEM) toda matéria destinada ao plenário; XIII. ser o intermediário entre o Colegiado de Curso e o CADEM; XIV. assinar o expediente relativo a pedido de informações formuladas pelos relatores ou pelo Colegiado. Parágrafo único. O presidente do Colegiado somente terá o voto de Minerva.

Além das responsabilidades apresentadas pelo Art 11, Resolução CONSUP Nº 33/2014, encontra-se periodicamente com todas as turmas do curso Técnico em Agropecuária Subsequente visando aos atendimentos das necessidades dos estudantes, à avaliação contínua dos estudantes em relação ao desenvolvido didático-pedagógico da matriz curricular, à

socialização de informações relevantes para o adequado processo de aprendizagem e à motivação dos estudantes em sua formação como cidadão profissional. Fica à disposição para atendimento da comunidade durante dez horas semanais, realiza reuniões periódicas com o corpo docente.

20.2. Corpo Docente

DOCENTES			
Professor	Disciplina	Titulação	Regime de trabalho
Agda Silva Prado Oliveira	Projetos e Empreendedorismo	Doutora	40 horas - DE
Allan Arantes Pereira	Fitotecnia III - Silvicultura	Doutor	40 horas - DE
Anna Lygia de Rezende	Jardinagem e Paisagismo e Morfologia e Fisiologia Vegetal	Doutora	40 horas - DE
Bianca Sarzi de Souza	Processamento de Produtos Agroindustriais	Doutora	40 horas - DE
Bráulio Luciano Alves Rezende	Fitotecnia I	Doutor	40 horas - DE
Carlos Alberto Machado Carvalho	Fitotecnia III e Manejo Integrado de Pragas e Doenças em Plantas	Doutorado	40 horas - DE
Claudiomir Silva Santos	Gestão Ambiental	Doutor	40 horas - DE
Daniel Chiaradia Oliveira	Fitotecnia II	Doutor	40 horas - DE
Daniel Willian Ferreira de Camargo	Língua Portuguesa	Mestre	40 horas-DE
Eugênio José Gonçalves	Extensão Rural	Mestre	40 horas - DE
Fabrcício dos Santos Rita	Saúde e Segurança Ocupacional no Ambiente Rural	Doutorado	40 horas - DE

Francisco Helton de Sá Lima	Nutrição Animal/ Zootecnia III	Doutorado	40 horas - DE
Gustavo Rabelo Botrel Miranda	Mecanização Agrícola/Manejo Integrado de Plantas Daninhas	Doutorado	40 horas - DE
José Mauro Costa Monteiro	Zootecnia II	Doutorado	40 horas - DE
Lucas Alberto Teixeira de Rezende	Zootecnia I /Zootecnia II	Mestre/Doutorando	40 horas - DE
Lucas Eduardo Aparecido de Oliveira	Topografia	Doutor	40 horas - DE
Manuel Messias da Silva	Matemática Aplicada	Graduado	40 horas - DE
Marcelo Eduardo Bócoli	Irrigação/Fitotecnia III - Cafeicultura		
Márcio Maltarolli Quida	Administração e Economia Rural	Doutor	40 horas - DE
Marco Aurélio Dessimoni Dias	Zootecnia I / Zootecnia II	Doutorado	40 horas - DE
Paulo César dos Santos	Informática Básica	Doutorado	40 horas – DE
Paulo Sérgio de Souza	Fitotecnia III - Fruticultura	Doutorado	40 horas – DE
Raul Henrique Sartori	Solos	Doutorado	40 horas – DE
Roseli dos Reis Goulart	Manejo Integrado de Plantas e de Doenças de Plantas	Doutorado	40 horas – DE
Túllio Alexandre Mustafé da Cruz	Construções Rurais	Mestre	40 horas – DE

20.3 Corpo Administrativo

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	CARGOS
Altieres Paulo Ruela	com formação Nível	Mestrado	Técnico em Agropecuária

	Superior		
Andréia Mara Vieira	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Andréia Montalvão da S. Salomão	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Camilla Cláudia Pereira	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Carlos Alberto Noronha Palos	com formação Nível Superior	Especialização	Administrador
Carlos Eduardo Machado	com formação Nível Médio	2º Grau	Op. de Máquinas Agrícolas
Carlos Guida Anderson	com formação Nível Superior	Especialização	Auxiliar de Biblioteca
Caroline Cléa Pereira	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Caroline de Souza Almeida	com formação Nível Superior	Doutorado	Técnico de Laboratório/Área
Cássia Aparecida Gonçalves Magalhães	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Celso Salomão dos Reis	com formação Nível Superior	Especialização	Op. de Máquinas Agrícolas
Clarissa Benassi Gonçalves da Costa	com formação Nível Superior	Especialização	Bibliotecário/Documentalista
Cláudio Antônio Batista	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Cláudio Vieira da Silva	com formação Nível Superior	Graduação	Programador Visual
Cleciana Alves de Oliveira Rangel	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Clélia Mara Tardelli	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente Social
Cristiano Lemos Aquino	com formação Nível Superior	Especialização	Téc em Assuntos Educacionais
Danilo Anderson de Castro	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente de Aluno
Dorival Alves Neto	com formação Nível Superior	Mestrado	Administrador
Douglas Mendes Brites Pastura Diaz	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Elba Sharon Dias	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente de Aluno
Elton Douglas Bueno Silva	com formação Nível Superior	Graduado	Auxiliar de Biblioteca
Fábio de Oliveira Almeida	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Fernando Antônio Magalhães	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Fernando Célio Dias	com formação Nível Médio	Graduado	Técnico em Audiovisual
Genercí Dias Lopes	com formação Nível Superior	Mestrado	Auxiliar de Agropecuária
Gentil Luiz Miguel Filho	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Geraldo Russo Filho	Tecnologia da Informação	Especialização	Analista de Tec. da Informação
Giovanna Maria Abrantes Carvas	com formação Nível Superior	Mestrado	Pedagogo

Gissélida do Prado Siqueira	com formação Nível Superior	Especialização	Analista de Tec. da Informação
Grasiane Cristina da Silva	com formação Nível Superior	Mestrado	Psicólogo-área
Gregório Barroso de Oliveira Prósperi	com formação Nível Superior	Especialização	Arquiteto e Urbanista
Greimar Alves de Jesus	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico em Agropecuária
Gustavo Joaquim da Silva Júnior	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Isabela Cristina Passos	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente de Laboratório
Ivaldir Donizetti das Chagas	com formação Nível Superior	Especialização	Auxiliar de Agropecuária
Izabel Aparecida dos Santos	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente em Administração
Jalile Fátima da Silva	com formação Nível Médio	Graduado	Assistente em Administração
João dos Reis Santos	com formação Nível Médio	2º Grau	Oper. Est. Tratam. Água/Esg.
João Paulo Marques	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
José Antonio Ramos da Silva	com formação Nível Superior	Mestrado	Téc em Assuntos Educacionais
José Eduardo Guida	com formação Nível Superior	Especialização	Motorista
José Odair da Trindade	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente em Administração
Juliana Lima de Rezende	com formação Nível Superior	Especialização	Contador
Juliano Francisco Rangel	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico em Agropecuária
Karen Kelly Marcon	com formação Nível Médio	Especialização	Técnico em Contabilidade
Laura Rodrigues Paim Pamplona	com formação Nível Superior	Especialização	Téc. em Assuntos Educacionais
Lucas Deleon Ramirio	com formação Nível Médio	Mestrado	Téc. em Segurança do Trabalho
Lucas Granato Neto	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Lucienne da Silva Granato	com formação Nível Superior	Especialização	Analista de Tec. da Informação
Luiz Fernando de Oliveira	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente em Administração
Luiz Ricardo de Podestá	com formação Nível Superior	Graduado	Arquiteto e Urbanista
Marcelo Antônio Morais	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Marcelo Lopes Pereira	com formação Nível Superior	Mestrado	Enfermeiro
Marcelo Rodrigo de Castro	com formação Nível Superior	Mestrado	Tecnólogo – Formação
Márcio Messias Pires	com formação Nível Superior	Graduação	Assistente em Administração
Márcio Pioli	com formação Nível Superior	Doutorado	Bombeiro Hidráulico
Maurílio Vieira da Rocha	com formação Nível Superior	Mestrado	Téc. Em Alimentos e Laticínios

Mauro Barbieri	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Mauro Chamme Filho	com formação Nível Médio	Graduado	Op. de Máquinas Agrícolas
Michele Placedino Andrade Botelho	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Laboratório-Área
Mirian Araújo Gonçalves	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente em Administração
Orivaldo Mariano de Souza	com formação Nível Médio	2º grau	Cozinheiro
Osmar de Souza Magalhães	com formação Nível Superior	Especialização	Téc. Tecnologia da Informação
Oswaldo Cândido Martins	Alfabetizado sem cursos regulares	2º Grau	Assistente de Aluno
Pedro Sérgio Amore	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico em Agropecuária
Poliana Coste e Colpa	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico de Laboratório/Área
Priscila Faria Rosa Lopes	com formação Nível Superior	Mestrado	Médico Veterinário
Rafael Lucas Goulart Vasconcelos	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Renata Cristina da Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Renato Marcos Sandi Silva	com formação Nível Médio	Especialização	Auxiliar de Agropecuária
Roberto Cássio da Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Motorista
Rogério Eduardo Del Valle Silva	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Rogério Rondineli Nóbrega	com formação Nível Superior	Doutorado	Médico Veterinário
Rogério William Fernandes Barroso	com formação Nível Superior	Mestrado	Analista de Tec. da Informação
Rosana Maciel Carvalho Benassi	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Rubens Marcelo de Castro	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Sandro Soares da Penha	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Tânia Bueno Gonçalves da Silva	com formação Nível Superior	Graduação	Assistente de Aluno
Tathiana Damito Baldini Pallos	com formação Nível Superior	Mestrado	Nutricionista/habilitação
Vânia Cristina Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Pedagogo
Zélia Dias de Souza	com formação Nível Superior	Especialização	Contador

21. INFRAESTRUTURA

21.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A Biblioteca "Monteiro Lobato", fundada em 01 de março de 1953, atualmente conta com uma área de 713,33 m², situa-se no Bairro Morro Preto, Muzambinho/MG e pertence ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - campus Muzambinho.

É constituída de um amplo Acervo com aproximadamente 23.000 obras, sala para estudo individual; sala de estudos em grupo; videoteca e mapoteca; sala de leitura; gibiteca; núcleo de conectividade com acesso à internet; biblioteca virtual com links e sites contendo periódicos, textos completos e informações de utilidade pública; biblioteca digital que tem o objetivo de disponibilizar e difundir, de forma online, os Trabalhos de Conclusão de Curso e toda a produção científica de seus alunos e conta ainda, com terminais para consulta on-line do Acervo.

Na sua função de centro dinâmico de recursos para a aprendizagem, centro de informação, lazer e incentivo à leitura, proporciona à comunidade escolar um espaço alternativo à sala de aula, de convivência, participação e criatividade. Também auxilia nas pesquisas e trabalhos científicos.

A Biblioteca, buscando melhoria na qualidade do atendimento aos seus usuários, amplia constantemente seu acervo de livre acesso, constituído de livros, teses, dissertações, periódicos, obras de referência, CD, DVD, fitas de vídeo, mapas 116 e outros materiais audiovisuais e proporciona aos alunos, professores e funcionários, os serviços próprios às suas atividades, incluindo empréstimo e consulta local.

A Biblioteca "Monteiro Lobato" coloca-se à disposição de toda a comunidade para consulta e pesquisa em seu acervo. O empréstimo de livros é realizado por via eletrônica e todo o acervo cadastrado pode ser consultado via web, na homepage do IFSULDEMINAS - campus Muzambinho, no link da Biblioteca – Consulta de livros.

A consulta ao acervo é feita por meio de 2 terminais específicos para busca on-line e todas as obras seguem o sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). Para catalogação utiliza-se a tabela AACR2. Concomitantemente ao acervo, estão disponíveis para consulta 21 periódicos assinados pelo Instituto e 20 doados periodicamente. 11 dos periódicos assinados são de cunho científico.

Biblioteca possui sala de Informática com uma área total de 19,10 m² com 10 computadores com acesso à Internet, à disposição dos usuários. Conta também com uma Videoteca com área de 5,40 m² e acervo de 486 fitas de VHS, 315 DVD's, 441 CD's para uso dos professores e servidores como opção didática. Possui ainda sala de Processamento Técnico com área de 13 m² reservada para o tratamento do material bibliográfico. Este ambiente conta com 2 microcomputadores e 1

impressora monocromática. Sala de Estudo Individual com área de 50 m² e móveis com 48 repartições individuais para atender a mesma quantidade de alunos simultaneamente. Sala de Estudos em Grupo com área de 114,60 m² e total de 64 lugares. A biblioteca possui, também, acesso à rede wireless.

21.2. Laboratórios

O campus Muzambinho conta com uma área total de 263,01 ha sendo 183 ha em Muzambinho e 80,01 ha na Fazenda Experimental em Guaxupé, sendo a área pavimentada superior a 18.798 m², destinadas prioritariamente a apoiar o desenvolvimento educacional, de pesquisa e extensão, integrando o processo pedagógico e a formação da cidadania.

Conta ainda com laboratórios Unidades Educacionais de Produção voltados para a parte zootécnica, agrícola e agroindustrial. Quanto as laboratórios pode-se destacar alguns como: Laboratório de Sistemática e Morfologia Vegetal; Laboratório de Biologia Celular; Laboratório de Zoologia; Laboratório de Coleção Biológica de Vespas Sociais; Laboratório de Química; Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE); Sala do PIBID; Museu de História Natural "Professor Laércio Loures"; Laboratório de Produção Vegetal; Laboratório de Microbiologia; Laboratório de Ensino de Matemática; Laboratório de Análise do Solo; Laboratório de Física do Solo; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Entomologia e Agroecologia; Laboratório de Resíduos Sólidos; Laboratório de Análises Física e Química da Água; Laboratório de Biotecnologia; Laboratório de Manejo de Bacias Hidrográficas; Laboratório de Geologia; Laboratório de Inseminação Artificial; Laboratório de Mecanização Agrícola; Laboratório de Fisiologia Vegetal; Laboratório de Fitopatologia; Laboratório de Sementes; Laboratório de Física; Laboratório de Informática (1, 2, 3, 4); Laboratório de Informática Orientada; Laboratório de Informática Empreendedorismo; Laboratório de Hardware; Laboratório de Redes; Laboratório de Sensoriamento Remoto; Laboratórios de Agrimensura/Equipamentos; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratório Aberto de Hidráulica e Irrigação e Laboratório de Pesquisa em Biociências.

22. CERTIFICADOS

O IFSULDEMINAS expedirá certificado de Técnico em Agropecuária àqueles/as que concluírem todas as exigências do curso de acordo com a legislação em vigor. A Certificação na Educação Profissional Técnica Integrada ao Nível Médio, modalidade integrado, efetivar-se-á

somente após o cumprimento e aprovação em todos os componentes da matriz curricular estabelecida no projeto pedagógico do curso. A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme o cerimonial dos campi, com data prevista no Calendário Escolar.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico ou nos regulamentos internos e externos do IFSULDEMINAS serão resolvidos pelo Colegiado do curso e/ou CADEM, com auxílio da Coordenação Pedagógica.

24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Edição 2012.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 jul. 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.037/2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer 67/2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Parecer n.º 11 de 12/06/2008. Institui o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 01, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 8, de 06 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Constituição Federal, 1998, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº &.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. Definem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2005. Define sobre a Disciplina de Libras.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Definem sobre Políticas de Educação Ambiental.

BRASIL. Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Resolução Nº 3, de 24 de outubro de 2010. Define Titulação do corpo docente.

BRASIL. Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.503/97. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo : Cortez, 1996.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127

Resolução N^o 028/2013, de 17 de Setembro de 2013 – IFSULDEMINAS.

Resolução N^o 073/2015, de 17 de dezembro de 2015 – IFSULDEMINAS

Resolução N^o 073/2020, de 15 de dezembro de 2020 – IFSULDEMINAS

Resolução N^o 157/2022, de 02 de fevereiro de 2022 - IFSULDEMINAS

29. ANEXOS

ANEXO I
HISTÓRICO DE REGISTROS DOS TRÂMITES DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NOS
PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE CURSOS NO IFSULDEMINAS

Anexo I		
Histórico de Registros dos Trâmites de Projetos Pedagógicos nos Processos de Criação de Cursos no IFSULDEMINAS		
(Este documento deverá acompanhar o PPC da proposta do novo curso durante todo o seu trâmite)		
Identificação do Projeto		
Nome do Curso	Técnico em Agropecuária Subsequente	
Modalidade	Presencial	
Nível	Técnico	
Câmpus	Muzambinho	
Coordenador	Marcelo Simão da Rosa	
Resolução CONSUP	() Resolução 038/2015	() Resolução 052/2014 / Art.1º Inciso: _____.
Data	Alterações Propostas pela CAMEN ou CAPEPI de Acordo com o Parecer (Grupo de Trabalho)	
	(Registrar resumidamente apenas os tópicos e informações relevantes)	
06/06 /2023	<ol style="list-style-type: none"> 1) Atualizar informações do quadro “Governo Federal” 2) Quadro de ementas – referências bibliográficas 3) Objetivos específicos abrangentes 4) Forma de acesso 5) Curricularização da pesquisa e da extensão 6) Projeto Integrador 7) Quadro de docentes e respectivas disciplinas 8) 	
	Aceite e Justificativas da Coordenação do PPC	
	(Registros de responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Curso proposto)	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ajustado 2) Ajustado 3) Grupo decidiu mantê-los abrangentes para melhor compreensão 4) Ajustada 5) Item retirado por não ser obrigatório no ensino técnico 6) Ajustado, referia-se às atividades completares e estava isolado. 7) Ajustado 	

Data	<p align="center">Alterações Propostas pelo CEPE (Grupo de Trabalho) (Registrar resumidamente apenas os tópicos e informações relevantes)</p>
	<p align="center">Aceite e Justificativas da Coordenação do PPC (Registros de responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Curso proposto)</p>
<p align="center">Este histórico devidamente preenchido deverá acompanhar o Projeto Pedagógico do Curso durante a tramitação pelas Câmaras e Colegiados, como também na reunião do CONSUP.</p>	

Documento Digitalizado Público

PPC corrigido do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente

Assunto: PPC corrigido do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente
Assinado por: Hugo Junior
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Hugo Baldan Junior, DIRETOR - DIRETOR - MUZ - DE-MUZ**, em 12/06/2023 15:55:11.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/06/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 422511

Código de Autenticação: 40ee354bfc

